

SUMÁRIO

- 449 — Os Fundamentos Teológicos de Uma Educação do Senso da Responsabilidade — PADRE BEYER, S.J.
- 459 — Natureza e Importância da Vida Religiosa — PADRE MARÇAL VERSIANI, C.M.
- 463 — O Presbítero do Vaticano II — PADRE BERTRAND DE MARGERIE, S.J.
- 479 — O Apostolado da Igreja e o Contato Com os Homens — PADRE CHARLES ELLINGER, *Assuncionista*
- 495 — Balanço da Pastoral Vocacional Brasileira — PADRE HUMBERTO PÔRTO

Note e Anote: *Determinações do Concílio sobre o Rádio, a Televisão, o Cinema e a Imprensa*, 504; *Reunião da Comissão Central da CNBB*, 507; *Ajudas estrangeiras a projetos da Igreja na América Latina*, 508; *Morre um dos maiores bispos da América Latina (Dom Larrain)*, 510; *CRB Informa*, 511; *Recensões Bibliográficas*, 512.

Os Fundamentos Teológicos de Uma Educação do Senso da Responsabilidade

R. P. Beyer, S.J.

Professor na Universidade Gregoriana
(in Religieuses d'Action Hospitalaire et Sociale)

INTRODUÇÃO

Meditando sobre os fundamentos teológicos do senso da responsabilidade, lembrei-me das parábolas da Escritura que o próprio Nosso Senhor empregou para situar o cristão diante da escolha que lhe impôs e ajudá-lo a tomar suas responsabilidades. Dirigindo-se às multidões que O acompanhavam, Jesus lhes perguntou :

“Quem de vós, querendo construir uma torre, não começa por sentar-se para calcular as despesas e ver se pode ir até o fim ? Temendo que, se lançar os alicerces e depois não fôr capaz de chegar ao término, todos os que o virem se ponham a zombar dele, dizendo : Eis um homem que começou a construir e não foi capaz de acabar ! Ou ainda, qual o rei, que partindo em guerra contra outro rei, não começa por sentar-se para examinar se é capaz de, com dez mil homens, ir ao encontro daquele que marcha contra êle com vinte mil ? Do contrário, enquanto o outro ainda está longe, envia-lhe uma embaixada pedindo-lhe a paz” (Lc 14,25-33).

Estas duas imagens nos focam logo pelo seu valor humano. O homem se senta. Ele tem o dever de sentar-se para meditar suas forças, para refletir sobre o que êle é, o que pode empreender e o que deve decidir. Não se poderia dar melhor descrição do homem que é *responsável* por sua vida e por seus atos. Empregando esta parábola do homem que edifica, o Cristo sugeria a seus ouvintes esta visão da *Casa de Deus*, d'êste edifício, do qual Êle é a pedra angular, do qual cada homem pode se tornar uma pedra viva, se quizer de fato aí tomar seu lugar, aí preencher sua função, apoiada sobre o único fundamento de toda a construção do mun-

do, a pedra angular rejeitada pelo povo eleito, colocada por Deus como fundamento único de sua Casa. (I Pe 2,4-8).

É aquele rei que empreende uma luta contra um mais forte que ele, não é o homem que se arriscou a enfrentar o príncipe das trevas, mais forte que ele, porém vencido pelo Cristo? A prudência humana não nos engajaria neste *compromisso* de que fala o Senhor, se o Cristo não estivesse lá, Ele que venceu o mundo (Jo 16,33). Basta aceitar seu convite a segui-lo, reconhecer sua Realeza, para que as promoções mudem, e para que o homem indeciso e desarmado, se sinta decidido, armado e firme para empreender um combate do qual sairá vencedor.

O homem diante de sua escolha

Estas parábolas, tão vivas e humanas, põem diante de nossos olhos o homem no ato de eleger, o homem diante de sua escolha. Foram utilizadas por Jesus para encorajar os que o seguem a fazer a *opção fundamental* de sua vida: "Se alguém vem a mim, diz Ele, sem odiar, isto é, sem se desapegar completamente e imediatamente, sem odiar seu pai, sua mãe, sua esposa, seus filhos, seus irmãos, suas irmãs e até a própria vida, não pode ser meu discípulo. Toda aquele que não toma sua cruz e não caminha após mim não pode ser meu discípulo" (Lc 14,26-27).

A resposta que o Senhor assim provoca é um "sim" leal, definitivo; um "sim" que não é um "não", um "sim" sincero (cf. II Cor 1,17-19). Ele versa sobre o essencial: "Todo aquele, entre vós, que não renuncia a todos os seus bens não pode ser meu discípulo" (cf. Lc 14,26). São Lucas não parece estabelecer distinção entre os discípulos. A advertência do Senhor vale para todos. Ela versa sobre a opção fundamental da vida cristã. Lendo e meditando este texto, tão próximo de nossas preocupações pedagógicas e cujos elementos psicológicos são tão atraentes, aprecia-se todo o valor pessoal da responsabilidade humana. Que homem não sonha em construir sua casa, em dar um sentido à sua existência e em utilizar, do melhor modo, os seus talentos? É a outra imagem, não acentua ela o caráter social de nosso destino? Toda a sociedade está engajada nesta escolha porque ela se impõe a todos, não só aos indivíduos, mas também aos grupos. Sente-se nascer no homem um desejo de absoluto, que faz a força mesma da pessoa, e é a alma da humanidade toda inteira que busca sua unidade.

Deus em diálogo com o homem

Porém o que parece mais importante ainda na meditação deste texto é ver aí, não algumas normas de ação, algumas indicações morais sobre o desejo de progresso, sobre a necessidade de colaboração e entendimento como se o Evangelho não fôsse mais que um Código moral e social, mas o que é importante é ouvir aí Deus que nos fala, Deus que nos interpela, Deus que se põe em diálogo com o homem; este colóquio perpé-

tuo de nossa vida versa sôbre a opção mesma de nossa existência humana : *seguir o Cristo completamente e definitivamente.*

Tôda a mensagem cristã é o objeto dêste diálogo com Deus, do engajamento que se deve fazer para lhe responder seguindo o mais profundo desejo de nosso coração e tornar-se aquêle homem que Deus fêz à sua imagem.

I — O EVANGELHO NA VIDA DOS PRIMEIROS DISCÍPULOS

Antes mesmo de passar a uma reflexão teológica necessariamente mais abstrata, pareceu-me útil ver o Evangelho na vida daqueles que são, por assim dizer, seus primeiros atôres e seus melhores intérpretes.

Naqueles que foram os primeiros a seguir o Cristo, pode-se admirar a gratuidade de sua vocação, a lealdade de seu engajamento, a própria força de sua convicção, a indefectibilidade de sua adesão ao Cristo, a totalidade de sua doação a Deus. São Paulo, chamado diretamente pelo Senhor na violência de um choque que o lança por terra, não dirá que é "pela graça de Deus que êle é o que é e que a graça para êle não foi estéril" (I Cor 15,10) ?

Comparado aos outros apóstolos, êle se diz o menor de todos, porque perseguiu a Igreja de Deus. Todavia, trabalhou mais que todos : "Não êle, mas a graça de Deus que está nêle" (I Cor 15,10).

Nenhum texto inspirado melhor exprimiu ao mesmo tempo a consciência de uma vocação, a universalidade de uma missão, a indignidade daquele que a recebeu e a força com que foi impelido para cumpri-la como o de Paulo a Timóteo onde êle traça, para encorajar seus discípulos, as grandes linhas de sua própria eleição.

"Dou graças àquele que me deu a fôrça, o Cristo Jesus, Nosso Senhor, que me julgou bastante fiel para chamar a seu serviço, a mim, que era há pouco um blasfemo, um perseguidor, um insultador.

Porém Êle me fêz misericórdia, porque eu agia por ignorância, alheio à fé. E a graça de Nosso Senhor superabundou em mim com a fé e a caridade que está no Cristo Jesus. É certa esta afirmação e inteiramente digna de crédito : O Cristo Jesus veio ao mundo para salvar os pecadores, dos quais sou o primeiro. E se Êle me fêz misericórdia, foi para que em mim, o primeiro, Jesus Cristo manifestasse tôda a sua longanimidade, fazendo de mim um exemplo para os que devem crer nêle em vista da vida eterna.

Ao Rei dos séculos, Deus incorruptível, invisível, único, honra e glória nos séculos dos séculos (I Tim 1,8-17).

Pôr a confiança na fôrça do Senhor

Esta passagem testemunha a confiança infinita de Paulo em Deus, a quem se doou. Malgrado suas provações, parte necessária de sua vocação, pois neste momento achava-se cativo, *êle sabe em quem pôs sua fé !*

Tenho a convicção de que Ele é capaz de guardar o meu depósito — a doutrina de Paulo, sua obra, seus trabalhos apostólicos, seus méritos — até o dia de sua Parusia” (II Tim 1,2).

Este homem superou sua fraqueza em se confiando à força do Senhor. Suas palavras são hoje para todos os cristãos a mais fervente exortação à confiança: “Quando estou fraco, então é que sou forte” (II Cor 12-10).

O Senhor não lhe declarou: “Minha graça te basta: pois meu poder se manifesta na fraqueza?” (Ibidem). E não é, aliás, seu designio quanto a ele: “O que há de louco no mundo, eis o que Deus escolheu para confundir os sábios; o que há de fraco no mundo, eis o que Deus escolheu para confundir a força; o que no mundo é absorvido e o que se despreza, eis o que Deus escolheu; o que não é, para reduzir a nada o que é, a fim de que nenhuma carne se glorie diante de Deus. Pois é por Ele que estais no Cristo Jesus, o qual, por vontade de Deus, se fez para nós sabedoria, justiça, santificação, redenção, a fim de que, como está escrito, todo o que se glorie, glorie-se no Senhor (I Cor 1,27-31).

Situar-se em face de Deus e do mundo

Aceitar os desígnios de Deus permite ao homem situar-se perante Ele e perante o mundo. Deus mesmo é Juiz de sua vida. Saber-se julgado pelo Senhor, ter recursos nEle, e só nEle, dá ao cristão esta força generosa que lhe permite assumir suas responsabilidades nas horas mais difíceis: “O que se exige dos administradores é que cada um seja encontrado fiel. Quanto a mim, muito pouco importa ser julgado por vós ou por um tribunal humano. Mais ainda, eu não me julgo a mim mesmo. Minha consciência, é verdade, não me acusa de nada, mas não sou justificado por isso; meu juiz é o Senhor. Não fazei, pois, juízos prematuros. Deixai vir o Senhor, é Ele que porá às claras os segredos das trevas e tornará manifestos os desígnios dos corações. E então, cada um receberá de Deus o louvor que lhe cabe” (I Cor 4,2-5). Deixar a Deus o trabalho de criação e redenção, saber que Ele age em tôda parte, “que opera em nós o querer e mesmo o operar (Fil 2,13), saber que nEle estamos, nEle vivemos, dEle vem tudo o que fazemos”. O Deus que fez o mundo, dirá São Paulo aos gregos do Areópago, Ele, o Senhor do céu e da terra, não habita nos templos feitos por mão de homem. Ele não é mais servido pelas mãos humanas, como se necessitasse de alguma coisa, Ele que dá a todos vida, respiração, tudo.

Se Ele fez habitar sôbre a face da terra o gênero humano saído de um princípio único, se Ele fixou aos povos os tempos que lhes eram distribuídos e os limites de seu *habitat*, é a fim de que os homens busquem a divindade para alcançá-la se possível, como às apalpadelas, e descobri-la; pois ela não está longe de cada um de nós. É nela com efeito que temos a vida, o movimento e o ser. Assim aliás disseram alguns dos vossos: “Pois nós somos também de sua raça” (Atos, 17,24-29).

O mistério de Deus

Nenhum apêlo foi mais vivo para despertar a consciência humana para o *sensu de sua responsabilidade* do que êste apêlo à crença no Senhor do céu e da terra, ao reconhecimento do Criador em quem somos, em quem nos movemos, em quem existimos. O cristianismo reforçou êste senso da responsabilidade ao revelar ao homem que busca a divindade às apalpađelas, o mistério de Deus. Êste mistério é essencial ao cristianismo. Não é somente uma doutrina, é uma pessoa.

Tocamos aqui, creio eu, no âmago mesmo do problema da responsabilidade humana, pois trata-se para o homem de uma ordem em que êle entra porque para isto foi chamado; trata-se de um destino que lhe é adquirido, trata-se de uma obra que é a própria obra de Deus; de uma ação que se faz, mais n'Ele e através d'Ele, do que por Ele. Dêste mistério vive todo o cristão, ao menos implicitamente, e é a graça da Igreja de hoje torná-lo mais consciente, querer vivê-lo de modo existencial, não como uma verdade que se constrói mas como uma verdade que se faz, melhor ainda, que se é.

Êsta vida não é uma vida *moral virtuosa*, mas antes de tudo uma vida de graça, uma união com Deus, uma vida *teológica*, uma vida de caridade que transcende a ordem natural pois ela é uma vida *em Deus*, da qual a ordem natural terá certamente origem, e na qual o homem é como que *assumido*; a criação é a obra-prima de Deus, dentro de um guarda-jóias que é o seu Verbo.

Ninguém melhor que S. Paulo compreendeu a profundidade dêste mistério. "êste designio benevolente que Deus o Pai havia formado n'Ele — o Cristo — por antecipação para realizá-lo quando os tempos se cumprissem, a saber, reconduzir tôdas as coisas sob um só chefe, o Cristo... plano preestabelecido daquele que conduz tôdas as coisas para o louvor de sua glória" (*Ef* 1,9-12).

Tôda a história humana está assim centralizada no mistério "que não fôra comunicado aos homens dos tempos passados como acaba de sê-lo agora" (*Ef* 3,5).

Dêste mistério, Paulo não apenas recebeu "por revelação o conhecimento... Ao me lerdes, diz êle, podeis avaliar a inteligência que tenho do mistério do Cristo, mas a mim, o menor de todos os santos (isto é, de todos os cristãos) foi confiada aquela de anunciar aos pagãos a insondável riqueza do Cristo e de pôr em plena luz, de mostrar claramente a todos, a dispensação do Mistério, escondido desde os séculos em Deus..." (*Ef* 3,4-9).

A experiência religiosa da graça na fé

Êste mistério, — como dizíamos — é o mistério da vida de Deus, o mistério de seu Amor... *E entramos aqui no ponto mais importante de nosso assunto*. Todos os cristãos recebem a fôrça de compreender qual a

largura, o comprimento, a altura, a profundidade, isto é, a universalidade do Amor do Cristo que supera todo o conhecimento intelectual, pois ela é esta *experiência religiosa da graça de Deus na fé*, a saber, *que somos amados por Deus*, sem todavia poder penetrar nas profundezas de seu amor. É assim, nos diz S. Paulo, que entramos, pela plenitude da vida do Cristo em nós, na plenitude de Deus, isto é, na plenitude do Cristo total, a Igreja, e no universo novo que Ele contribui para construir (Ef 3), que será o de nossa união definitiva com Deus, aquela vida a que aspira "toda a criação, que, até esse dia, geme em dores de parto" (Rom 8,22).

Chamados pela fé, justificados pelo batismo, os cristãos são como que revestidos por antecipação da glória de Deus, trazem este tesouro em vasos frágeis (II Cor 4,7). Um dia, entretanto, Aquêle que brilhou em seus corações fará resplandecer o conhecimento da glória de Deus, que está sobre a face de Cristo (II Cor 4,6). O Pai "que ressuscitou o Senhor Jesus, ressuscitá-los-á a eles também com Jesus e colocá-los-á perto d'Ele" (II Cor 4,14). "Aquêle que os fez para tal destino é Deus, o qual lhes deu o penhor do Espírito" (II Cor 5,6).

II — CHAMADOS A VIVER EM JESUS CRISTO

Seria preciso agora entrar no coração deste mistério divino que, malgrado nossa inconsciência, continua o meio em que se desenvolve e evolui nossa existência. Ao que parece, tem-se centralizado pouco demais todo o esforço pedagógico sobre o essencial da mensagem. *A educação cristã ficou, as mais das vezes, sob a influência de uma sabedoria "humana"* que a fé não contradisse, mas que no entanto ultrapassa lá onde nos une de modo mais pessoal a Jesus Cristo, e nos faz parte da redenção pela Cruz.

Agora também nos é preciso lançar aqui plena luz. Somos chamados a viver em Jesus Cristo. É n'Ele que somos, é por Ele que fomos eleitos pelo Pai, criados e salvos pelo Verbo encarnado, unidos para sempre no amor mútuo do Pai e do Filho que é o seu Espírito Santo.

O homem diante de Deus é filho com seu Filho, e sua atitude fundamental jamais será senão um *abandono filial* no amor. Falar teologicamente, no sentido forte da palavra, em responsabilidade, é falar desta *atitude filial em Jesus Cristo*. Esta responsabilidade tem por este motivo todas as dimensões do mistério divino: o homem é assumido pelo Cristo no seu amor para com o Pai e no seu amor para com os homens; sua responsabilidade será tanto mais *viva* quanto mais ele fôr consciente de ser chamado por Deus para viver em seu Filho e tanto *maior* quanto mais em Jesus Cristo ele fôr responsável pela humanidade inteira. Introduzido na vida do Verbo Encarnado como membro de seu Corpo Místico, o cristão é um homem *responsável pela salvação do mundo*.

Não se pode negar a grandeza humana destas responsabilidades cristãs. Responder diante de Deus pela humanidade, não é o ideal que o homem sempre procurou ao buscar sua verdadeira felicidade? É este desejo de grandeza, Deus mesmo o pôs em seu coração ao criá-lo à sua imagem: Ele fez o homem, homem e mulher, à sua imagem e semelhança, isto é, ele o fez *amor*, pois "Deus é Amor" (1 Jo 4,8 e 16).

Deus é o Amor que, eternamente, na sua vida trinitária vive o ritmo da doação total do Pai que se dá a seu Filho para que este Verbo eterno exprima todo o seu amor, e lhe testemunhe um amor igual ao aceitar sua filiação no dom único que o faz Filho. Este amor mútuo de duas pessoas que são dom e abandono, acolhimento e louvor, é o objeto mesmo do amor do Pai e do Filho que querem se amar. Este amor é igual a seu (1) amor. Ele é uma terceira pessoa, que é seu (1) amor mútuo e o objeto de sua (1) complacência, o Espírito do Amor. É porque Deus é amor que Deus é trinitário. É o Verbo de Deus, em que tudo tem sua consistência, que faz a unidade da criação contida no primeiro Amor do Pai, Verbo Criador e Salvador do mundo. Sua Encarnação será a epifania do amor divino aos homens.

Educação e responsabilidade do cristão

Educar um cristão é fazê-lo compreender o mistério de suas origens, seu lugar no Corpo Místico, o amor do qual ele vive, ao qual deve responder *em Igreja*, isto é, em Corpo Místico com todos os homens que o Cristo salvou e ao qual Ele oferece sua vida e a salvação do mundo.

Ser responsável, não é antes de tudo viver a obediência filial, o que é bem mais nobre e talvez mais exigente que a obediência exterior, social, para a qual se tem feito esforço, por vezes demais, de educar os jovens? *Ser responsável* diante de Deus, é ser aberto à sua graça, humilde e submisso à sua ação, participante da oração e da obra do Cristo, segundo a própria vocação, — sacerdotal ou laical — e neste último caso, como espôso, pai, membro de um lar cristão, ou como celibatário devotado ao apostolado sob tôdas as formas.

Ser responsável, é não fazer sua vida, mas recebê-la; é utilizar os talentos recebidos, é conhecer as necessidades do mundo, é ouvir o apêlo de Deus. Tôda a responsabilidade cristã tem esta tríplice dimensão que situa o homem perante sua *consciência*, perante *Deus* e perante os *homens*.

Educar uma criança, formar um adolescente não é nem construir, nem ensinar, é muito mais! É introduzi-la na vida de Deus, revelar-lhe o mistério da salvação, fazê-la encontrar no amor divino a própria razão de sua existência, o respeito dos valores humanos e o amor do Cristo de quem ele é membro, portanto o amor de todos os homens.

A *responsabilidade do cristão* decorre de sua inserção no mistério de Deus. Este Verbo que nos contém, em quem temos consistência, que criou

(1) seu, sua = deles (do Pai e do Filho)

tudo e sem o qual nada existe, sem o qual nada podemos fazer, cujo Espírito nos diz quem ele é, nos sugere o que ele ensinou, ora em nós com gemidos inenarráveis e nos faz filhos de Deus.

A resposta livre do homem ao dom de Deus

Esta responsabilidade é uma vocação que deve se exprimir numa *resposta livre* ao dom gratuito de Deus, ela não é antes de tudo um esforço voluntário, um exercício impôsto. Esta vocação faz o homem adulto responsável perante o Cristo que vive nele e que o inseriu no seu Corpo Místico, a Igreja, para aí construir o universo novo para o qual o Espírito leva a criação, obscurecida pelo pecado, mas que, no fundo de si mesma, já recebeu a glória da ressurreição que brilha no coração dos homens.

O homem é adulto que recebe a vida de Deus *em espírito de infância*. Esta maturidade precede, sobrevém e ultrapassa sempre a adolescência humana e a perfeição do homem. Ela exige dos educadores — de todo educador — neste momento da história, em que o mundo se torna consciente de sua unidade universal e em que a Igreja se prepara para se estender sempre mais segundo a medida do Amor universal de Deus, um esforço sobre-humano.

Quantos princípios, quantos regulamentos repetem uma *filosofia natural*, uma *moral da conveniência*, um *cristianismo formal* que, malgrado todos, mesmo quando se quer fazer um retôrno às fontes profundas da revelação, impedem o indivíduo de se colocar em face do mistério de Deus.

Esta passagem da lei à vida, da moral à teologia, da instituição ao mistério, supõe um esforço que busca ainda, mas tende a atingir sua livre expansão no trabalho de educação que os pais e os educadores têm a preocupação de assumir como dever.

Suas tarefas os colocam diante de um problema de *engajamento pessoal*, o qual é o único a poder diminuir a dificuldade que eles ressentem, pelo fato de que a iniciativa que devem suscitar nos que lhes são confiados é mais difícil, porque não é uma atitude que se impõe, mas uma *oferta que se sugere*. Não é o senso da responsabilidade a ser dado aos jovens que torna a mergulhar o educador no próprio mistério de Deus, mistério da graça, da vocação pessoal, da generosidade, da maturidade espiritual? Quando tantas graças são necessárias para fazer brotar este gesto de oblação, não se teria por vèzes desejo de se retirar, de aguardar, de ficar inativo? E por vèzes não haveria tentação de desânimo?

No respeito profundo pela iniciativa de Deus, não devemos ler o apêlo que ele nos faz de sermos nós mesmo fideis à sua graça e testemunhas de seu Amor? O trabalho do educador — sobretudo quando se trata do senso da responsabilidade fundamental de que aqui falamos — é

antes de tudo uma vocação *pessoal* a não se esquivar! Não dizia S. Paulo da mulher que ela se salvaria em se tornando *mãe*, sob a condição de perseverar com modéstia na fé, na caridade e na santidade? (I Tim 2,15). Isto não vale para todo educador?

A educação da criança desprovida de família

A tarefa do educador se torna entretanto mais difícil quando êle se dedica à criança privada de meio familiar. Por quê? Porque a criança se apercebe do mistério do amor divino no símbolo que Deus lhe quis preparar: *sua família*. Lá onde pai e mãe são um só amor, lá onde seus filhos são, não só o fruto, mas também o objeto d'êste amor, vive o próprio ritmo d'êste Amor trinitário, do qual Deus quis que o homem fôsse a imagem.

Desprovida de família, é a criança definitivamente privada d'êste meio vital onde deveria crescer sob a proteção paterna, graças ao devotamento de sua mãe, na alegria de seus irmãos e irmãs? Poder-se-ia crê-lo, se jamais tivesse sido considerado o amor humano e seu desabrochamento senão num lar unido e numa família feliz.

Tôdas as crianças não têm esta felicidade! Confiados a educadores, a tutores, não são entretanto todos *filhos adotivos*, como o são aliás todos os filhos de Deus, pois o importa mais, não é o dom da vida, mas o espírito de filiação que nos fez filhos adotivos do Pai. E não está aí uma delicada advertência de Deus aos educadores que aceitaram generosamente substituir os pais que fizeram falta a seus filhos?

Resta a pergunta: "Que fazer para ajudá-los?" Como reparar o que foi suprimido? Como dar a estas crianças o que jamais lhes foi oferecido? Como fazê-los amar um pai, que seja representante de Deus, uma mãe que seja imagem viva de um amor generoso, e uma *fraternidade familiar* aberta que lhes dê o sentido da comunidade humana?

Êstes elementos familiares — conforme tudo o que vimos — são essenciais para uma educação profunda do senso da responsabilidade. Sobretudo se, além de seu valor humano, nos fazem compreender a realidade divina na qual todo homem vive, trabalha e situa sua vida.

Vós tentareis responder a êstes problemas graves e importantes.

CONCLUSÕES

An vos apresentar uma síntese teológica, vos conduzi ao coração d'êste mistério onde a tarefa de educadores vos colocou a títulos diversos, responsáveis pela educação de crianças que procuram *enxergar o amor de Deus no amor humano*, para serem capazes êles mesmos, um dia, de assumirem suas responsabilidades amando a Deus e a seus irmãos, homens como êle (Mt 22,37-40).

Ao falar-vos, senti o peso de vossa responsabilidade, a importância de vossa missão, e, como que, a apreensão que se sente diante de uma obra a empreender que ultrapassa nossas forças.

Tendes o direito e o dever de *sentar-vos*, de entrar em acôrdo e já, neste colóquio em que vos unir, está presente Aquêle que prometeu estar no meio dos que se reunissem em seu nome (Mt 18,22), o Cristo, vitorioso, Filho de Deus.

LUTA CONTRA A FOME NO MUNDO

Sob a presidência do Card. José Frings, Arcebispo de Colônia, constituir-se uma união católica pela luta contra a fome no mundo e a assistência aos países em desenvolvimento.

Da nova União fazem parte as obras episcopais assistenciais dos Estados Unidos, da República Federal Alemã, da França, da Holanda, da Austria e da Suíça.

A União terá como Presidente o Card. Bernardo Alfrink, Arcebispo de Utrecht, e visa coordenar e intensificar as atividades da Igreja Católica no campo da caridade e da assistência mútua entre os povos (Oss. Rom.).

AGUARDEM O LANÇAMENTO PRÓXIMO DE TRÊS NOVOS DISCOS VOCACIONAIS

Deu a Louca no Mário — o escândalo da cidade : um rapaz como os outros resolve ser padre

Irmã de Todo Mundo — a pergunta da negrinha leva Ana Lília ao convento

Lua Sem Rumo — o seminário não é mais a parte desconhecida da lua

- Já aceitamos pedidos — pagamento adiantado ou pelo reembolso postal. Preço de cada disco : Cr\$ 3 500.
- *Irmã de Todo Mundo* consta de dois discos; portanto, importa em Cr\$ 7 000.
- Para pedidos de mais de 20 discos, faremos o preço especial de Cr\$ 3 000 cada.
- São todos discos LP, de 12 polegadas.

O disco vocacional *O Amor tem Dessas...* ainda está à venda. Preço : Cr\$ 2 500 mais o porte. Pelo reembolso mais Cr\$ 760.

Pedidos ao Departamento de Vocações

Av. Rio Branco n.º 131, 9.º and.

RIO DE JANEIRO (ZC-21) — GB

Natureza e Importância da Vida Religiosa

Padre Marçal Versiani, C.M.

Uma exata focalização de nosso assunto deverá levar em conta a estrutura com que se apresenta a Constituição *Lumen Gentium* e o lugar que nela ocupa o capítulo sobre os religiosos. A julgar-se pela seqüência das reflexões, parecem ter atendido a isso os que elaboraram a agenda deste encontro.

Limito-me, assim, a ressaltar o caráter axial que detém, na *Lumen Gentium*, o Cap. II, *O Povo de Deus* e as sugestões que nos oferece, como um ponto de partida. Quem conhece, com efeito, o processo e as etapas da inclusão desse Cap. II e, especialmente, do lugar que ocupa no todo da Constituição, sabe que ele visa, entre outras coisas, sublinhar a *condição comum* a todos os fiéis, a partir da qual se considerassem quaisquer diferenciações, as provindas de ofícios, ou funções, como as provindas de estados. A Constituição e existência deste Povo de Deus resultam, como sabemos, da própria vocação divina, única e universal, à santidade (cf. LG, ns. 9, 11 e final). Ele é, como tal, isto é, como totalidade, o *objetivo*, o *término*, a realização histórica da vontade salvífica de Deus, em Jesus Cristo (LG, n.º 4, final). A realização dos desígnios eternos de Deus, frequentemente, na Bíblia chamou-se de *mistério* (não numa conceituação intelectualista, portanto, mas numa outra, mais ampla). Assim, em síntese, se configura todo o significado desse Cap. II. Em consequência, toda a visão da Igreja, legada pela Constituição, não é de uma Igreja cristalizada numa definição, em que se isola, se destaca sua natureza íntima; mas, antes, de uma Igreja *in fieri*, vivendo seu desenrolar, a partir do desígnio divino, de que proveio, até sua consumação, que, de alguma sorte, aqui se antecipa.

O Cap. II, com seu papel, nos sugere, creio eu, considerar a natureza e importância do estado religioso em continuidade — e não em contigüidade — com a vocação cristã. Ou, mais fundamentalmente ainda, considerá-lo dentro da História da Salvação. Afinal, o breve Cap. IV da

Lumen Gentium é, na realidade, uma explicitação do Cap. V — A Vocação Universal à Santidade na Igreja.

I — Profissão dos conselhos evangélicos e vocação cristã

A vocação religiosa não é senão a própria vocação cristã, levada às suas últimas conseqüências, à frutificação, em plenitude, de quanto se encontra em germen na vocação cristã. Nada acrescenta à vocação cristã, essência desta. É importante repetir-se esta reflexão. A situação, ou condição em que, segundo a *Lumen Gentium*, a profissão dos conselhos evangélicos coloca o fiel não contém uma só característica que não caiba à condição universal de chamado ao Cristo.

— Se é, por eles, ordenado ao serviço de Deus e à Sua honra, não é uma nova ordenação, mas por “um novo e peculiar título”. Pois é todo o Povo de Deus que se encontra em situação cultural e de serviço, que é “um povo, ou reino de sacerdotes”: (*Ex* 19, 6; *Is* 61, 6; *Apoc* 1, 6; 5, 10; 20, 6; *I Pe* 2, 5 e 9).

— Se é libertado “dos impedimentos que o possam afastar do fervor da caridade” é com a finalidade de colher “frutos mais abundantes da graça batismal”, realizadora de nossa vocação, incorporando-nos a Cristo, em sua morte e ressurreição.

Se se constitui num ser consagrado, sabemos que o Povo de Deus é justamente um povo adquirido (*I Pe* 2, 9), uma nação consagrada (*Ex* 19, 6; *Jer* 2, 3; *Dt* 7, 6).

1. Não vai nisso uma novidade teológica. A tradição da profissão religiosa como um *segundo batismo* remonta ao século IV. Ela dispensa mesmo o fiel da passagem pela *ordo poenitentium* com que, excepcionalmente e a duras penas, se obtinha a reconciliação eclesial e a absolvição sacramental dos pecados cometidos após o batismo. Admite-se o professo à Eucaristia, por causa de sua *abrenuntiatio iterum facta*. Significativamente, o professo é, no vocabulário monacal primitivo, um *conversus*, como o batizado. Daí serem os rituais de profissão, ou mesmo de vestição, tão impregnados dos temas morte-ressurreição, *homoem velu-homeni novo*.

A comunidade reunida em Jerusalém era, certamente, uma comunidade cristã *exemplar*: (*At* 2, 42-46; 4, 32-35). Mas, nem por isso eram universais ou obrigatórias suas práticas. Ananias e Safira não são censurados por reter seus bens, mas por fraudar, com sua mentira, a comunidade (*At* 5, 3-4).

2. Evita, porém, a concepção isolacionista da vida religiosa, como corpo, ou estrutura à parte, na Igreja. Mostra-nos a Constituição como a profissão religiosa penetra, quer no *ordo hierarchicus*, quer no *ordo lai-*

calis, as grandes divisões estruturais da Igreja (LG, n.º 43). A história do estado religioso exhibe-nos uma tradição viva, em que há *clérigos regulares* e *frades* (irmãos), *sacerdotes*.

É elucidativo olhar, no processo de transformação do esquema, feito, finalmente, Constituição, sob que título e em que ordem vinha o assunto de que estamos tratando: 1.º esquema, 1962 — *De statibus perfectionis evangelicae acquirendae*, entre o capítulo sobre os bispos residenciais e o sobre os leigos (não há o capítulo sobre o Povo de Deus); 2.º esquema, 1963 — *De statibus perfectionis acquirendae*, último capítulo, após o capítulo do Povo de Deus e dos leigos; 3.º esquema, 1964 — simplesmente *De Religiosis*, na seqüência que encontramos na Constituição.

Talvez a deturpação, a que aludimos, venha a ser vista um percalço da caracterização da perfeição religiosa como um *status*, num sentido mais jurídico, institucional. Comportava notoriedade, na condição pública, oficialmente reconhecida e até mesmo solene, da profissão religiosa. Mas não se poderá atribuir o isolacionismo, o triunfalismo à institucionalização da vida religiosa, como tal. Ela foi resultado do exercício do poder jerárquico e, em última análise, da missão de santificar. O erro estará em se perder o sentido dessa oficialização, que é de ordenar os vários frutos do Espírito para o bem de toda a Igreja: "É por isto que a Igreja protege e fomenta a índole própria dos diversos institutos religiosos" (I.G. n.º 44). É mais uma advertência a não se perder de vista a continuidade entre vocação cristã e vocação religiosa.

3. Como conclusão poderemos dizer que a unidade do designio divino, que fundamenta e justifica a continuidade entre vocação humana, cristã e religiosa, se exprime naquela forma inspirada da Epístola aos Efésios: "reconduzir tôdas as coisas a uma só Cabeça, o Cristo" (1, 10), com os lugares paralelos, que a complementa (*Col* 1, 15-20; *Rom* 8, 19-25; *I Cor* 15, 23-28). Comunicar, a cada coisa, seu sentido final, reconhecer, restabelecendo ou realirmando, a relação de toda a criatura ao Cristo é o papel da virtude que denomina o religioso, enquanto enformada pelas virtudes teologais. A virtude de religião assume, no plano da consciência e da vida, aquêles laços que, no plano ontológico, ou do ser, nos prendem a Deus.

Dessa unidade final constitui-se a Igreja um sinal e instrumento (LG 1). Isto é, prenuncia-a, realizando-a, já agora.

Qual o papel peculiar do religioso, como estado, do religioso *in Ecclesia*?

II — As dimensões próprias do estado religioso

Assevera a Constituição que quantos conduzem o Povo de Deus, a saber, os pastôres, devem assegurar-lhe a unanimidade (que é a vivência dessa condição comum já ressaltada) reconhecendo as diversas atribui-

ções e carismas. (LG, 30). Já vimos que a contribuição do religioso não está na linha da missão jerárquica, ou da laical. Pode informar uma ou outra, pode cruzar-se com uma ou outra, superpor-se a uma ou outra, mas não coincide com elas, nem é como uma participação análoga delas. Falamos, usualmente, na prática dos conselhos, à dignidade de uma categoria eclesial, com matizes referentes, quer à Igreja em construção, quer à Igreja consumada.

1. Dimensão carismática do estado religioso

Além dos ministérios e funções dispõe o Povo de Deus, em sua peregrinação, de "dons espirituais", ou carismas. Não se opõem estes àqueles, mas antes, criam aptidões, reforçam-nos e inspiram-nos (cf. LG, 12). Constroem e renovam a Igreja.

Ora, o estado religioso, *preclaro e exímio*, dá ao mundo o testemunho das bem-aventuranças (cf. LG, 31), abrindo-lhe possibilidades de transfiguração (ib.), atraindo, eficazmente, para os deveres impostos pela vocação cristã, a fim de que sejam cumpridos com dedicação, manifestando a nova e eterna vida conquistada pela redenção (LG, 44).

Configura-se, assim, a índole carismática da contribuição do estado religioso para o Povo de Deus: não pertencendo "à estrutura jerárquica da Igreja, está contudo firmemente relacionado com sua vida e santidade" (ib., final).

Na hora atual, poderíamos dizer que cabe ao testemunho das bem-aventuranças prover o *aggiornamento* de sua interiorização e a função apostólica e missionária, de suas prioridades: "Buscai primeiro..."

2. Dimensão escatológica do estado religioso

A proclamação do Reino de Deus nas bem-aventuranças é, naturalmente, já de si, um aceno à condição final do fiel cristão, à sua cidadania celeste. Ou à transcendência do Reino de Deus. Por isso falamos de uma dimensão escatológica, isto é, de uma referência à condição final, consumada, do Povo de Deus. É preciso notar, aqui, quanto nossa pregação sobre os *Novíssimos* os vem esvaziando de seu sentido original, de acabamento, término, perfeição. Fim do mundo tomou um duvidoso significado catastrófico, longe, de qualquer forma, dos "novos céus e novas terras, que esperamos" — como nos fala São Pedro (*II Pe* 3, 13).

Dentro dessas duas dimensões, encontraremos, na vida religiosa, uma afirmação vigorosa de uma antropologia cristã. Pois é preciso não se esquecer de que a vida cristã é, essencialmente, um amadurecimento. E a configuração ao Cristo traz-nos um *homem novo*: "...em cujo termo deveremos chegar, todos juntos, a não ser mais que um na fé e no conhecimento do Filho de Deus e a constituir esse Homem perfeito, na força da idade, a realizar a plenitude do Cristo" (*Ef* 4, 13).

O Presbítero do Vaticano II

P. Bertrand de Margerie, S.J.

O Concílio Vaticano II encontrou várias vezes, nas suas deliberações doutrinaárias e pastorais, a figura do padre : ao tratar da Liturgia, do mistério da Igreja e; de um modo específico, do ministério e da vida dos presbíteros no mundo de hoje. Tencionamos demorar-nos sobretudo na análise da imagem do padre que a Igreja nos apresentou ao apresentar-se a si mesma perante o mundo e perante os seus próprios fiéis na Constituição Dogmática *Lumen Gentium*. Qual é, aos olhos do Vaticano II, a missão do padre e sua relação com o bispo e os bispos, com os fiéis, com o mundo ?

O presbítero, animador espiritual da construção da cidade terrena e arquiteto da cidade celestial

De uma cuidadosa análise do texto conciliar solenemente promulgado a 21 de novembro de 1964, resulta a seguinte constatação : o exercício da missão própria e específica do padre, antes de mais nada sagrada, repercute necessariamente na vida da sociedade civil.

1) A tarefa do presbítero (1) é essencialmente espiritual, religiosa, sobrenatural. Eu fui ordenado, não para construir a cidade terrena, mas para edificar a Igreja como evangelista, pastor e sacrificador : "em virtude do Sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote, os presbíteros são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, de maneira que são verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento" (LG, 28). A pregação não é

(1) A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (aqui citada por meio da abreviatura LG seguida do n.º do parágrafo) chama quase sempre o padre de presbítero, evitando em geral o nome de sacerdote, reservado de preferência a Cristo.

um dever que resulta, a título secundário, da ordenação sacerdotal, ela é muito mais, ela é a própria razão de ser da ordenação. Mas esta pregação não é separada da função sacrificial do padre, porque dela faz parte integrante e nunca é tão eficazmente exercida como no quadro da celebração do Sacrifício Eucarístico: "(os presbíteros) exercem seu sagrado múnus principalmente no culto eucarístico ou sinaxe, na qual, agindo na pessoa de Cristo e proclamando Seu mistério, eles unem os votos dos fiéis ao sacrifício da Cabeça" (LG, 28). Digamos mais breve e sinteticamente, na linguagem paulina (I Cor 4,1) focalizada pelos padres gregos: os presbíteros são *mistagogos*, arautos dos mistérios sagrados que eles celebram, evangelizadores dos sacramentos destinados a sacramentalizar a evangelização, isto é, a perfazer pela graça sacramental, dada sobretudo no mistério eucarístico, o anúncio do Evangelho.

Por isso, é principalmente pela celebração da Eucaristia que o presbítero atualiza sua vocação: "se qualquer um pode batizar os que creem, compete contudo ao sacerdote perfazer a edificação do Corpo de Cristo pelo sacrifício eucarístico" (LG, 17: *sacerdotis tamen est aedificationem corporis sacrificio eucharistico perficere*). A missão de batizador é menos específica do padre, como apontei alhures (2). Não fui ordenado tanto para batizar (embora isso também seja missão sacerdotal) como para pregar e sacrificar.

Para aprofundarmos melhor a natureza da missão presbiteral na mente do Vaticano II, mister se faz ilustrar o conceito de *Igreja local*, desenvolvido na *Lumen Gentium*. Com efeito, embora de um modo mais ou menos próximo e estreito, cada presbítero desempenha o seu ministério no quadro de uma Igreja local quase encarnada na sua pessoa. Os elementos que estruturam a Igreja local determinam, *ipso facto*, a missão do padre. Ora, (cf. LG, 26) estes elementos são:

- a) a congregação dos fiéis pela pregação do Evangelho;
- b) a celebração da Eucaristia, mistério da Ceia do Senhor. Por ela, vive e cresce a Igreja local (e a Igreja universal), comunidade reunida ao redor do altar. Por ela, Cristo é presente, Cristo que coaduna e associa a Igreja una, santa, católica e apostólica;
- c) a direção de ambas pelo bispo em comunhão com a Sé Apostólica; a ele foi confiado o encargo de oferecer e administrar o culto da religião cristã à Divina Majestade.

Como este culto é o ato sacrificial do próprio Cristo presente por sua Eucaristia na Igreja local, entendem-se simultaneamente as afirmações do Concílio e a universalidade da missão de cada presbítero:

"Esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as legítimas comunidades locais de fiéis, que, unidas com seus pastores, são também elas no Novo Testamento chamadas "igrejas" (cf. AT 8,1; 14,

(2) Cf. REB, 1984, pp. 698-9 e o capítulo II deste livro.

22-3; 20,17). Estas são em seu lugar o Povo novo chamado por Deus, no Espírito Santo. Em cada comunidade local de fiéis os presbíteros tornam presente de certo modo o bispo... , visível à Igreja universal no lugar onde estão" (LG, 26 e 28).

Por outras palavras, através da realização local do meu presbiterato no quadro de uma Igreja particular, eu me torno arquiteto da Igreja universal imanente nela. Lá onde está Cristo, está a Igreja; ora, Cristo está na Igreja local pela Eucaristia, por conseguinte a Igreja universal está na Igreja particular ou local. Daí podermos dizer com o decreto sobre o ecumenismo: "Pela celebração da Eucaristia do Senhor em cada uma dessas Igrejas, a Igreja de Deus é edificada e cresce, e pela celebração se manifesta a comunhão entre elas" (Decreto *Unitatis Redintegratio*, § 15). Não disse a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* que "o Corpo Místico é também o corpo das Igrejas"? (§ 23).

Vamos sintetizar este primeiro aspecto da missão do presbítero à luz dos magníficos ensinamentos de João XXIII e de Paulo VI; ouçamos o primeiro:

"Que é, pois, o apostolado do padre, considerado na sua ação essencial, se não *congregar*, onde quer que viva a Igreja, em volta do altar, o povo regenerado pelo santo batismo e purificado dos seus pecados? É então que o padre, pelos poderes que só êle recebeu, oferece o divino sacrifício onde o próprio Jesus renova a imolação única realizada no Calvário para redenção do mundo e glorificação do Pai; é ali que os cristãos reunidos oferecem ao Pai celeste a divina Vítima por meio do padre e se aprestam a imolar-se êles mesmos como "hóstias vivas, santas, agradáveis a Deus" (*Rom* 12,1) É ali que o povo de Deus, iluminado pela pregação da fé, e alimentado com o Corpo de Cristo, encontra a sua vida, o seu crescimento, e, se lhe é necessário, reforça a sua unidade; é ali, numa palavra, que de geração em geração, em tôda a parte cresce espiritualmente o Corpo Místico de Cristo, que é a Igreja" (3).

É pela celebração da Missa dominical, ativamente participada pelo povo de Deus, que o presbítero realiza ao máximo a sua vocação: *congregar*, pela pregação e pelos sacramentos da fé, este povo da Nova Aliança. Um pouco aquém desta realização suprema, vem a segunda e maior efetivação da missão sacerdotal na celebração, pelo presbítero, da Missa quotidiana, mesmo com um único assistente. Paulo VI acaba, na *Mysterium Fidei*, de sublinhar "o caráter público e social de tôda Missa: mesmo celebrada particularmente por um padre, não é jamais uma ação privada, e sim a ação de Cristo e da Igreja... Esta, desempenhando com o Cristo o papel de sacerdote e de vítima, está tôda inteira no momento do sacrifício da Missa... "não há Missa que não seja oferecida pela salvação do mundo... A Missa (celebrada) por um padre com um único as-

(3) João XXIII, *Sacerdotii nostri primordia*, D.P. 131, § 48. Sobre a Igreja local, ver as considerações profundas de K. Rahner, S.J.: "Missão e Graça", t. II, pp. 19-28.

sistente assegura uma grande abundância de graças para o benefício de toda a Igreja e do mundo inteiro, graças que não poderiam ser obtidas tão largamente com a simples comunhão”.

Notemos bem este dado fundamental : mesmo na ausência de fiéis, fisicamente presentes, a Igreja universal está presente e continua construindo-se a si mesma em cada Missa particular.

Eis o motivo do conselho insistente de Paulo VI a cada um dos presbíteros do mundo : “celebrar cada dia a Missa, a fim de que eles e o mundo aproveitem com a aplicação dos frutos abundantes produzidos pelo sacrifício da cruz. Desta maneira, eles contribuirão grandemente para a salvação do gênero humano”. As palavras do Papa vêm sintetizar o ensinamento dos grandes ascetas e místicos que ilustraram, durante séculos e em nossa época, o sacerdócio católico : São Boaventura, o Santo Cura d’Ars, Carlos de Foucauld, Dom Marmion.

O Doutor Seráfico escrevia no seu latim conciso e cheio : “*Sacerdos, qui non celebrat, quantum in ipso est, privat Trinitatem laude et gloria, Angelos laetitia, peccatores venia, justos subsidio et gratia, in purgatorio, existentes refrigerio, Ecclesiam Christi speciali beneficio, seipsum medicina, et remedio contra quotidiana peccata et infirmitates*” (4).

O Santo Cura d’Ars traduziu em estilo afirmativo as negações de S. Boaventura : “Tôdas as boas obras reunidas não equivalem ao Sacrifício da Missa, porque são obras humanas, enquanto a Santa Missa é obra de Deus. O martírio não é nada em comparação : é o sacrifício que o homem faz de sua vida a Deus, a Missa é o sacrifício que Deus faz pelo homem de Seu corpo e de Seu sangue”. Pouco depois, Foucauld escreveria : “Jamais um homem imita mais perfeitamente Nosso Senhor do que quando oferece o Sacrifício ou administra os Sacramentos”. Citemos enfim, para que seja perfeitamente justificada a posição de Paulo VI, a afirmação lapidar de Dom Marmion :

“Ainda que um sacerdote não fizesse mais do que oferecer cada manhã o Santo Sacrifício, ainda que o tivesse oferecido uma só vez na vida, teria feito algo de infinitamente maior do que tôdas as grandes ações que apaixonam os homens”.

Sim, sem dúvida nenhuma, é sobretudo pela digna celebração quotidiana dos Sagrados Mistérios que o presbítero é fiel à sua missão primordial : ser o arquiteto da cidade celestial, a Igreja universal.

2) Inseparável e indeclinavelmente, o presbítero, exercendo seu ministério sagrado, torna-se animador espiritual do desenvolvimento sócio-econômico e da construção da cidade terrena. Esta afirmação resulta logicamente da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* : “o preclaro

(4) S. Boaventura, *De praeparatione ad Missam*, cap. V. Citado por Cappallo. Isso, juntamente com o texto de Paulo VI, vem lembrar ao padre que, nas reuniões sacerdotais onde ele não pudesse concelebrar, seria muito melhor não comungar durante a Missa concelebrada pelos outros, mas celebrar sozinho.

múnus dos pastores é apascentar de tal forma os fiéis e reconhecer suas atribuições ("ministrationes") e carismas, que todos, a seu modo, cooperem unânimemente na obra comum — a missão salvífica da Igreja no mundo" (LG, 30). Ora, prossegue o documento, "é específico dos leigos, por sua própria vocação, procurar o reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus... São chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento de dentro, contribuam para a santificação do mundo" (LG, 31). A conclusão deste silogismo salta aos olhos: pertence essencialmente à tarefa presbiteral, não o exercício de uma profissão temporal, mas o apoio espiritual dado àqueles que, por vocação divina, exercem ofícios pelos quais constroem a cidade terrena.

Alguns padres e leigos desejariam, hoje, que o presbítero ordinário abraçasse uma profissão secular com tempo integral: assim, pensam eles, o padre gozaria de uma maior segurança econômica e seria realmente integrado na sociedade contemporânea. Invocam freqüentemente o exemplo de Paulo, fabricante de tendas. Sem reparar que Paulo não exercia uma profissão no sentido moderno de inserção contratual num determinado grupo social, com obrigações atinentes e prevalecentes para com quaisquer outras: o Apóstolo era um artesão livre, e deixava de fabricar tendas nos momentos em que ele julgava preferível anunciar o Evangelho, ou empreender viagens missionárias neste sentido. Terão estes partidários de uma certa "secularização" do ministério sagrado refletido no fato de que estão propondo um caminho inverso àquele que Jesus seguiu? O sacerdote por excelência da Nova Aliança renunciou a exercer sua profissão, com certeza amada, de carpinteiro, para pregar o Evangelho.

Esta tentativa de promover uma secularização institucionalizada do presbítero fere, não só uma tradição eclesial, já multissecular, mas ainda o próprio conceito neotestamentário da tarefa sacerdotal frisado pela *Lumen Gentium* (§ 28): o serviço do povo de Deus (*ad populo Dei inserviendum*). Por isso, a Constituição Dogmática torna-se insistente: "a índole secular caracteriza especialmente os leigos. Os membros da ordem sacra, embora algumas vezes possam ocupar-se em assuntos seculares, exercendo até profissão secular, em razão de sua vocação particular destinam-se principalmente e ex-professo ao sagrado ministério" (LG, 31).

Observemos a este respeito que o Novo Testamento (5) desceja ver nos presbíteros e diáconos qualidades de administradores temporais (cf. I Tim 3,1-13), mas em nenhum lugar declara que deveria exercer uma profissão secular para poder melhor anunciar o Evangelho! Por outro lado, é óbvio que o exercício parcial e moderado de certas profissões (professor, jornalista, escritor) não só não entra em choque com a mis-

(5) Cf. P. Bendt, O.P.: "les origines apostoliques de l'épiscopat selon le Nouveau Testament", no volume coletivo: "L'Évêque", Desclée de Brouwer, 1963, p. 38.

são do presbítero, mas, pelo contrário, dada a natureza destas profissões e o campo que elas abrem à evangelização, facilita o desempenho desta missão educadora. Para um padre, ser professor, jornalista ou escritor não será, em muitos casos, exercer uma profissão *secular*, mas adotar um meio concreto de exercer o ministério *sagrado* do ensino cristão. Ao passo que querer generalizar o exercício, por clérigos, de uma profissão secular, com tempo integral, redundaria numa nova forma de clericalismo e de invasão do domínio próprio dos leigos!

O vocabulário da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* mantém com firmeza a distinção, que alguns queriam, hoje, suprimir, entre *secular* e *sagrado*. O domínio do secular é o temporal — com seus fins imediatos próprios e específicos de natureza temporal — cuja subordinação ao fim último e sobrenatural não impede a relativa autonomia. É direta e imediatamente o reino dos leigos. Enquanto o “sagrado” é a esfera que, por sua natureza intrínseca, tem relação imediata com a ordem sobrenatural e eterna, objeto específico da missão sacerdotal. O padre é, e deve ser, o homem do Eterno que ajuda os homens do Tempo a descobrir, prosseguir e tocar o Eterno no Tempo — o Verbo encarnado na história.

E isso será possível só na medida em que o presbítero aceitar sua condição própria na Igreja. Se ele pretendesse “laicizar-se” psicológica ou profissionalmente, ele ficaria impossibilitado de cumprir com a sua insubstituível tarefa: ajudar os leigos a serem tais, isto é, membros do povo santo de Deus que consagram o mundo a Deus pelo exercício cristão de tarefas seculares. O papel do padre na cidade terrena será tanto maior que ele aceitará melhor sua condição de arquiteto da cidade eterna.

Praticamente falando, um presbítero que anima espiritualmente grupos de casais, oferece periodicamente a palavra de Cristo em associações profissionais, supervisiona a catequese, ensina a religião pessoalmente em escolas secundárias, ou faculdades, fala pelo rádio ou pela TV, escreve de vez em quando nos jornais, não estaria, por acaso, contribuindo mais eficaz e intensamente pela edificação da cidade terrena do que se ele pretendesse, sob pretexto de contatos humanos ou de experiência humana, de “encarnação”, exercer pessoalmente uma profissão secular? Quem poderia negar que esta pretensa “encarnação” acabaria tornando menos presente na cidade o Verbo encarnado? Para o presbítero da Nova Aliança, o exemplo definitivo e decisivo não é tanto o de Paulo, fabricando tendas nos momentos livres sem compromisso para com qualquer organização profissional, como o de Jesus, deixando de ser carpinteiro para se tornar evangelista.

Relação do presbítero com o bispo, os leigos e o mundo

O padre do Vaticano II é filho e pai, mas sobretudo irmão, irmão universal.

1) *O presbítero, filho e irmão do bispo*

Os presbíteros são os filhos espirituais do bispo, porque participam do sacerdócio supremo, da missão e da autoridade do bispo que eles representam, isto é, tornam presente: "por esta participação no sacerdócio e na missão, os presbíteros reconheçam o bispo como seu pai e lhe obedçam com respeito" (LG, 28): Com seu bispo, eles "formam um só presbitério", ou *colégio presbiteral*, cuja cabeça é o Pontífice local. Este colégio presbiteral é um órgão de decisiva importância na Igreja particular e está, na sua totalidade orgânica, ao serviço do colégio episcopal encabeçado pelo Soberano Pontífice: "todos os sacerdotes, tanto os diocesanos como os religiosos, em razão da ordem e do ministério, estão unidos com o corpo dos bispos e segundo sua vocação e graça devem servir ao bem de toda a Igreja" (LG, 28).

Mas, irmão de Cristo, sumo sacerdote (cf. *Heb 2,11* e *Jo 20,17*), o presbítero, não menos do que o leigo (LG, 32) é irmão do bispo, ao qual tem, mais ainda do que os irmãos leigos, o direito e o dever de exprimir sua opinião sobre as coisas que se referem à Igreja (LG, 37.1). No colégio presbiteral, o presbítero está numa situação análoga à do bispo frente ao Papa no Colégio Episcopal ou no Sínodo Episcopal.

A participação do presbítero na missão do bispo fundamenta seu dever de obediência ao mesmo tempo que a universalidade de seu papel.

2) *O presbítero, irmão dos co-presbíteros no colégio presbiteral*

O Concílio exalta a fraternidade íntima entre presbíteros, que deriva de "comum ordenação sacra e missão" e que encontra sua manifestação na "comunhão de vida, trabalho e caridade", — (LG, 28) —, assim como sua expressão suprema na concelebração eucarística, sacramentalização da fraternidade presbiteral. Na Missa concelebrada sob a presidência do bispo diocesano aparece em plena luz a comunhão jerárquica dos membros do colégio presbiteral entre si e com sua cabeça (6). Para ser completo, devemos notar que o padre não é só irmão, mas ainda, periodicamente, pai ou filho dos colegas no presbiterato: pai quando os confessa, filho quando se confessa a eles. Como não evocar aqui as confissões gerais de João XXIII depois de eleito Papa, tais como nos foram reveladas pelo já célebre "Diário íntimo" do saudoso Pontífice? Por elas e nelas, o Pastor supremo tornava-se ovelha de uma das suas ovelhas...

(6) Cf. a Constituição Conciliar *Sacrosanctum Concilium* do Vaticano II sobre a liturgia, D.P. 144; § 57.1 e 41. Se a Missa concelebrada pelo bispo com seu presbitério e com a participação ativa do povo santo de Deus é a manifestação principal da Igreja particular ou diocesana, não se poderá dizer que a Missa concelebrada pelo Papa com membros do Colégio Episcopal seria a manifestação principal da Igreja universal?

3) *O presbítero, pai e irmão dos leigos, no meio delas e em diálogo familiar com êles*

a) Como pregador da fé e batizado, o presbítero gera espiritualmente os leigos, membros do povo santo de Deus. A rejeição de um certo paternalismo, que trata os outros como menores, não deve acabar num desconhecimento da paternidade espiritual em Cristo, da qual São Paulo tinha uma consciência enfática: "Eu vos gerei em Jesus Cristo por meio do Evangelho", escrevia êle aos fiéis de Corinto (LG, 28).

b) Assim se explica, por esta consideração genética, que os presbíteros "*presidam e sirvam* sua comunidade local... exercendo dentro do âmbito que lhes compete o *mínus* de Cristo Pastor e Cabeça": a rejeição de um certo clericalismo (assunção indevida, por parte do clero, das tarefas próprias dos leigos) não é, nem pode ser, a eliminação da autoridade fundada numa auctoria espiritual, realizada pela pregação e pelo ensino (cf. I Tim 5,17). Graças precisamente a esta autoridade, os presbíteros podem unir "a família de Deus numa fraternidade" (LG, 28 — como as citações precedentes). A própria presidência do culto da comunidade é concebida como serviço da mesma e serviço de Cristo por ela e com ela, numa linha muito "agostiniana". Não escrevia o grande Doutor Africano: "Cristo é o Pastor dos pastores; êles são pastores do Pastor, e as ovelhas com seus pastores são sob a autoridade do Pastor, tôdas juntas, ovelhas membros da única Ovelha que se ofereceu em sacrifício (7)"? Por isso, o presbítero pode aplicar-se a si mesmo a palavra de Agostinho que se queria "sacerdote e servo do Cristo, e, pelo Cristo, servo dos servos do Cristo" (8). É o próprio serviço de Cristo que exige do padre que êle seja fiel à sua missão de "formar e reger o povo sacerdotal" de Deus (cf. LG, 10.2): sem a paternidade sacerdotal, nem haveria fraternidade dos leigos entre si. Mas esta presidência deve ser exercida de um modo mais fraternal que paternal.

c) O presbítero é um *irmão mais velho dos leigos, separado e contudo profundamente unido com êles*, num colóquio familiar. Com efeito, se o padre rege a família de Deus pela autoridade de Cristo, é para que seja cumprido por todos o mandamento nôvo da caridade fraternal (cf. LG, 32.4). Como Agostinho, êle pode dizer aos irmãos leigos: "Atemoriza-me o que sou para vós, consola-me o que sou convosco. Para vós sou sacerdote, convosco cristão. Aquilo é um dever, isto uma graça. O primeiro um perigo, o segundo uma salvação" (*ibid.*). Como cristãos, o padre e o simples fiel são iguais: "reina entre todos verdadeira igual-

(7) S. Agostinho, Sermão 138, 5.5. Citado por A. Mandouze, "l'Évêque et le corps presbytéral au service du peuple fidèle selon S. Augustin", no citado livro sobre "L'Évêque", p. 140.

(8) S. Agostinho, Carta 217. Citado por Mandouze, *ibid.*, p. 139.

dade quanto à dignidade e ação comum a todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo" (LG, 32.3).

"A distinção que o Senhor estabeleceu entre os ministros sacros e o resto do Povo de Deus" — longe de constituir uma verdadeira separação — "traz consigo uma certa união" (*distinctio secumfert conjunctionem*; LG, 32.3). O presbítero, longe de estar cortado do rebanho, "adora Deus no meio da grei" a ele confiada (LG, 28.1). O texto promulgado pelo Concílio descreve longamente (LG, 37) este diálogo familiar da colaboração jerárquica entre pastores e leigos. E o diálogo entre pais e filhos, melhor, entre irmãos mais velhos (presbítero quer dizer "ancião") e mais jovens. No quadro deste intercâmbio, o padre confia tarefas (inclusive, eventualmente, as mistagogias batismais) aos leigos e todos tomam consciência maior da sua "própria responsabilidade" (LG, 37.4).

Embora o acento seja colocado sobre a união entre presbíteros e fiéis, inseparável de uma distinção funcional e exclusiva de uma separação ontológica, deve existir uma certa separação entre pastor e rebanho por um lado, o mundo (no sentido joanino) pelo outro. Este mundo oposto a Deus deixou as relíquias diabólicas das concupiscências nos corações dos batizados e mesmo dos presbíteros. Por isso, cada cristão deve, e sempre de novo, separar-se do velho homem em si mesmo e nos outros para poder colaborar com o crescimento do homem novo em si e no outro. A congregação do povo de Deus traz consigo a segregação, não para com o mundo criado por Deus, mas para com o mundo ainda dominado em parte por satanás. Uma certa separação, pela contemplação e pela mortificação, do mundo das paixões (que não é, pura e simplesmente, o mundo) é um elemento necessário da perene construção e constituição da Igreja, povo santo de Deus. Por este motivo, diz o Concílio que os clérigos são "segregados (*clerici sepositi*) para a parte do Senhor" (LG, 41.4). São segregados mesmo dentro da congregação que é a Igreja, não para com os fiéis como tais, mas para com a infidelidade que permanece em muitos deles. Como, inversamente, os fiéis devem, pela contemplação e mortificação, separar-se da mundanidade que subsiste no velho homem do presbítero da Nova Aliança!

Na doutrina complexa do Vaticano II, o presbítero é simultaneamente um membro separado e distinto dos demais membros do povo de Deus, e contudo familiarmente ligado com eles: unido com o povo de Deus que ele serve, distinto pelo poder sagrado que ele exerce sobre este povo pela vontade de Cristo, e separado só das más tendências que sobrevivem, em cada batizado, ao naufrágio do velho homem nas águas do batismo (cf. *Rom* 6,12; *Jo* 17, 15-8).

Estas observações, enraizadas nos ensinamentos bíblicos e sobretudo nos escritos inspirados de João XXIII e de Paulo VI, justificam as disposições da Igreja sobre a necessidade de harmonizar contato familiar e certa separação entre o presbítero e o povo de Deus, não só durante

os anos de formação (cf. as normas dadas por Pio XII na Encíclica SACRA VIRGINITAS (D.P. 107, § 53-4) mas ainda durante o exercício do sagrado ministério: sem a separação necessária para estudar, rezar e contemplar, o presbítero não pode mais servir eficazmente o povo de Deus, "nutrindo e favorecendo sua ação pela abundância da contemplação, para alegria de toda a Igreja de Deus" (LG, 41.3).

Por outras palavras, esta "relativa separação é funcional, ela constitui o complemento indispensável e a condição de possibilidade de um contato sobrenaturalmente familiar, de um diálogo fecundo com os demais membros do povo de Deus e com o mundo em geral. Sem ela, o padre não estaria mais no meio da Igreja e do mundo *como padre*.

Com efeito, é em grande parte através dos leigos católicos que o padre, digamos melhor, o colégio presbiteral, guiado pelo colégio episcopal unido sob e com o sucessor de Pedro, se colocará ao serviço do mundo para levar todo o gênero humano à unidade da família de Deus (LG, 28.5). Nesta família, o presbítero é, mesmo jovem (cf. I Tim 4,12) o ancião experimentado, o irmão mais velho, pai e filho, mas irmão dos filhos e até do pai, o irmão de todos, porque é sobretudo o irmão privilegiado de Cristo Jesus.

Esta nova, e muito antiga, teologia familiar do sacerdócio, esta ecle-siologia da comunhão familiar pressupõe uma filosofia da sociabilidade humana. Escrevia, alguns anos atrás, o filósofo jesuíta francês Gaston Fessard: "o homem não é só corpo e alma, mas filho e irmão". Fórmula brilhante, que traduz em *términos* concretos e modernos o axioma da filosofia perene: o homem é um animal naturalmente social. Quando se diz, aliás, que o homem é corpo, diz-se implicitamente que ele é filho e irmão!

O principal mérito do Vaticano II, neste plano, consiste em não encarar tanto a vocação individual do *presbítero*, como a vocação corporativa do *presbitério*, no seio da vocação de toda a Igreja, simultaneamente chamada por Deus e convocadora da humanidade, chamada por Deus a convocar ao redor de Si todo o gênero humano. O Vaticano II situou definitivamente o sacerdócio ministerial num quadro onde o fundo de tela é constituído pelo sacerdócio universal dos fiéis e sobretudo pelo sacerdócio único e transcendente de Cristo. Convém analisar melhor este ponto para perceber mais profundamente os liames entre presbitério e laicato.

d) *O sacerdócio ministerial do presbitério, instrumento de Cristo, único sacerdote, ao serviço do sacerdócio comum do povo de Deus:*

Jamais o Magistério da Igreja tinha tão claramente afirmado o caráter analógico da noção de sacerdócio a partir do "analogatum princeps", o sacerdócio de Cristo: "O sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico ordenam-se um ao outro; embora se diferenciem na essência e não apenas em grau. Pois ambos participam, cada qual a seu modo, do único sacerdócio de Cristo" (LG, 10.2).

A diferença essencial entre estas duas participações do único sacerdócio de Cristo é relacionada com o mistério do Sacrifício Eucarístico: ao passo que o simples batizado pode só concorrer na sua oblação, o presbítero o confecciona e o imola (cf. LG, 10.2). Mas a ordenação recíproca vem sublinhar a complementariedade das duas participações: o cristão é batizado para se oferecer, pelas mãos do presbítero e com ele, como hóstiã na celebração eucarística (cf. LG, 34.2) e o padre consagrado tal para possibilitar, por seu poder único de transubstanciar, a oblação eucarística de todos os fiéis.

Ambos, o presbítero como o leigo, participam da missão sacerdotal, profética e real de Cristo: se os presbíteros são sacrificadores, doutores e pastores, os leigos são oferecedores, evangelistas e *reis*, exercendo seu sacerdócio comum de modo particular mediante o sacramento especial da vida familiar que é o matrimônio (confirmam-se os §§ 28 e 34.6 da Constituição Dogmática). "Tornam-se pregoeiros da fé quando intrêpidamente com a vida da fé conjugam a profissão da fé" e assim realizam o dever de evangelizar; isto é, de "anunciar Cristo por um testemunho vivo e pela palavra falada" (LG, 35.2). Mas, evidentemente, os leigos, a não ser os catequistas que recebem missão oficial e eclesial de ensinar a religião, não têm, enquanto leigos, que oferecer ao mundo uma apresentação orgânica e sistemática das verdades reveladas por Cristo, o que é a tarefa própria dos presbíteros e dos professores de religião (cf. LG, 33.3).

Com admirável realismo, a *Lumen Gentium* reconhece que Cristo confiou a missão de salvar o mundo à Igreja como totalidade: "sabem (os pastores) que não foram instituídos por Cristo a fim de concentrarem em si somente toda a missão salvífica da Igreja no mundo"; por isso, devem "reconhecer as atribuições (*ministrations*) e carismas" dos fiéis nesta missão (LG, 30). Embora o texto de Paulo VI não seja citado aqui, essa visão eclesial corresponde rigorosamente à da Epístola aos Efésios (4, 11-2):

"(Cristo) constituiu apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e doutores para o aperfeiçoamento dos santos para a obra do ministério para a edificação do corpo de Cristo". *Pros ton katartismou ton hagion eis ergon diakonias eis oikodomen ton somatos tou Xristou*", diz o texto grego. No pensamento de Paulo, conforme os exegetas católicos (9), o papel da hierarquia e, por conseguinte, do presbitério consiste em dispor, adaptar e aperfeiçoar o laicato a fim de que este seja apto para desempenhar o seu ministério (*diakonia*) próprio: a construção da Igreja, corpo de Cristo. Com efeito, não podemos esquecer que os santos são, na linguagem de Paulo, os cristãos batizados. A este texto alude explicitamente a constituição dogmática neste trecho: "Ele mesmo (Cristo) mune perenemente com os dons dos ministérios o Seu corpo que é a Igreja, através dos

(9) Por exemplo, Knabenbauer e Médebielle, *Epître aux Ephésiens*, Piret-Olamer, t. XII, p. 56 (1938).

quais, pela força derivada d'ele, nos prestamos mutuamente os serviços para a salvação, de tal forma que vivendo a verdade na caridade, em tudo creçamos n'ele que é a nossa Cabeça" (LG, 7.6).

Os ministérios (*ministraciones*, palavra sempre empregada no plural pela LG) de que se trata aqui constituem, na sua totalidade, a diaconia confiada ao laicato, organicamente uno, em prol da Igreja e do Mundo. Vale dizer que, de um certo ponto de vista, o sacerdócio comum dos fiéis é *ministerial*, como o sacerdócio *supremo* de Cristo (cf. LG, 34.1: "o eterno Sacerdote Jesus Cristo quer continuar seu serviço — *servitium* — através dos leigos") que se exerce através dos batizados e como o sacerdócio *jerárquico* dos presbíteros, embora num sentido profundamente diverso (não se trata do mesmo serviço). Mesmo a noção de sacerdócio ministerial revela-se análoga, como a de sacerdócio puro e simples. Mas é preciso frisar que o sacerdócio dos leigos é ministerial num sentido lato.

O ministério do laicato, como o do presbitério, é duplo: por um lado, representar e tornar Cristo e Sua Igreja presentes no mundo (cf. LG, 10-36, *passim*, e em particular 33.2: em certos lugares e circunstâncias, é só através dos leigos que Cristo e a Igreja podem chegar com sal da terra) e, por outro lado, representar o mundo não cristão perante Deus, um pouco como o presbitério representa o mundo cristão, a Igreja perante a Majestade divina.

A nossa afirmação, quer nos parecer, não contradiz de modo algum a doutrina tão clara e indiscutível de Pio XII na *Mediator Dei*: "o povo, ao contrário (do presbítero), não representando de qualquer modo a pessoa do Divino Redentor *nem sendo mediador entre si e Deus*, não pode de modo algum gozar do poder sacerdotal (Pio XII quer dizer: no sentido estrito)" (10). Com efeito, a mesma encíclica, confirmada depois pela LG, afirma o sacerdócio dos fiéis (no sentido lato), e a afirmação aqui referida visa uma problemática claramente diferente da nossa. Pio XII exclui que o povo possa ser mediador entre si e Deus, e, neste sentido, representar o Redentor. Mas não exclui que o povo de Deus possa ser mediador entre a humanidade não batizada e Deus, e, sob este aspecto, representá-lo aos olhos de Deus. É isso que parecia insinuar assaz claramente Pio XI quando escrevia (11), também numa Encíclica: "todo o povo cristão, "raça escolhida, sacerdócio real" (I *Ped* 2,9) deve, tanto por si como por todo o gênero humano, oferecer sacrifícios em satisfação do pecado" (*Heb* 5,2).

Digamos mais: a visão de uma Igreja que, no seu conjunto, inclusive por seu laicato, representa aos olhos de Deus a humanidade inteira, está em perfeita harmonia com o dado bíblico e com a própria *Lumen Gentium*. A Igreja de Cristo é, para Deus, como o povo da Antiga Aliança, e muito mais, "as primícias" dos frutos recolhidos pelo Criador (cf.

(10) Pio XII, *Mediator Dei*, D.P. 54, § 80.

(11) Pio XI, *Miserentissimus Redemptor*, (1928), D.P. 21, § 10.

Jer 2,3), as primícias da humanidade salva e da humanidade inteira, o verdadeiro "Israel consagrado ao Senhor". A categoria bíblica decisiva das primícias designa os elementos representativos de um conjunto, com valor dinâmico universal. Toda a messe estava consagrada através das primícias. A minoria numérica que constitui a Igreja é as primícias, em nome e benefício da humanidade inteira, como sublinha o teólogo redentorista Padre Hitz. Ela é, no mundo, "reino sacerdotal, nação santa, porção escolhida dentre todos os povos" (Ex, 19 vv. 6 e 5).

É esta mesma visão que vem proclamar a *Lumen Gentium*: "Aquê-le povo messiânico, embora não abranja atualmente (actu) todos os homens e por vêzes apareça como pequeno rebanho, é contudo para todo o gênero humano germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação. É por Cristo assumido como instrumento de redenção de todos, e enviado ao mundo inteiro como luz do mundo e sal da terra (LG, 9.2).

Parece-me, então, difícil negar que os leigos, como *laos*, povo santo de Deus, representem a humanidade inteira perante Deus, como eles mesmos são representados pelo presbítero: "o sacerdote faz as vêzes do povo, porque representa a pessoa de Jesus Cristo, enquanto Ele é cabeça de todos os membros e se oferece por eles" (12). Assim, paralelamente, os batizados representam os não batizados perante Deus porque representam, perante eles, Cristo que se oferece pela humanidade inteira (cf. LG, 30-36); e, como o presbítero lhes é superior, eles são superiores aos não batizados que não podem aproximar-se da mesa eucarística (13). A missão do laicato votado por seu batismo ao culto e à manducação oblativa da Eucaristia é trazer os não cristãos à mesa eucarística.

4) *A Comunhão Eucarística, supremo elo de ligação entre Presbitério e Laicato*

Os bispos, sublinhava São Roberto Belarmino, não são os únicos sucessores dos Apóstolos, pois todos os presbíteros têm direito ao mesmo título enquanto os Apóstolos foram ordenados pelo próprio Cristo para celebrar e oferecer o sacrifício eucarístico (14). Ora, o mesmo santo Doutor, num outro sermão, ensina com profundidade que "reconhecer um sacerdote como tal é estar presente ao sacrifício dele e dêste participar". E explica assim a lei eclesiástica que manda comungar das mãos

(12) Pio XII, *Mediator Dei*, D.P. 54, § 80.

(13) Estou aqui parafraseando e adaptando *Mediator Dei*, § 80: "... o ministro de Cristo, inferior a Ele, mas superior ao povo".

(14) Escreve S. Roberto Belarmino: "Successores Apostolorum primum omnes presbyteri sunt; deinde omnes Episcopi; postremo omnes Pontifices summi. Apostoli enim fuerunt primi presbyteri in coena novissima, ab ipso Christo instituti et ordinati, ad sacrificium Eucharistiae celebrandum et offerendum" (sermão de 1614, *Opera Oratoria Postuma*, t. VII, pp. 81-2, Gregoriana, Roma, 1946).

do próprio pároco (15). Como sabemos que a comunhão é o supremo modo de participar da missa, torna-se patente que os leigos não podem melhor reconhecer (agnoscere, dizia S. Belarmino; o sabor hegeliano da tradução não faz mal!) os presbíteros senão comungando das mãos deles. De um certo ponto de vista, um leigo que se dissesse amigo de um padre mas que nunca comungasse das mãos dele não reconheceria este padre como tal. É magnífico pensar que os leigos não só têm o direito de receber das mãos dos presbíteros, seus irmãos e pais (LG, 32 e 28) os sacramentos, mas, ainda, neste exercício de seu direito, a ocasião de uma bela dádiva aos presbíteros: reconhecê-los como tais, irreduzivelmente distintos de si mesmos em virtude do serviço que são chamados a prestar. Recorrendo ao ministério dos padres, os leigos proclamam concretamente perante o mundo que, embora presbitério e laicato sejam iguais na comunhão edificadora do corpo de Cristo (LG, 32.3) não o são no modo de edificar este Corpo social e místico.

Digamos mais: ambos, ao comer o corpo e ao beber o sangue do Salvador, estão cumprindo, de modo diverso, com o mandamento de reconhecer a Cristo como Sacerdote Supremo e Único, autor de uma nova Aliança, mandamento contido na ordem dirigida em primeiro lugar aos Apóstolos e seus sucessores, mas também indiretamente a todos os cristãos (16) por Jesus no Cenáculo: "Este cálice é o novo testamento no meu Sangue, fazei isto como minha comemoração (isto é: como meu rito comemorativo, contraposto ao de Moisés) todas as vezes que o beberdes. Porque todas as vezes que comerdes este Pão e beberdes este cálice, anunciareis a morte do Senhor, até que Ele venha" (I Cor 11, 25-6). O sentido da ordem de Cristo é duplo: "bebendo de meu Sangue, lembrareis a meu Pai o sacrifício da minha aliança convosco, e proclamareis juntos

(15) Sermão do 6 de janeiro de 1604, *ibid.*, V, p. 128: *sacerdotis proprium officium est sacrificare. Agnoscere autem sacerdotem est astare ejus sacrificio et de illa partitipare.*

(16) As palavras: "Fazei isto como meu rito comemorativo a Mim" (cf. a nota 17 quanto à nossa tradução) são claramente ligadas por Paulo ao gesto de beber o Sangue de Cristo e, por este motivo, justamente comentadas por R. Cornely, S. J.: "Proxime et directe soli Apostoli (eorumque successores) his verbis id facere jubentur, quod Christum facere viderant, potestatemque, qua id facere possint, instruuntur; fideles vero non nisi indirecte hoc praecepto attinguntur, quatenus ipsi quoque, si mysteriorum celebrationi intersint atque corpus sanguinemque Domini sive realiter sive spiritualiter accipiant, passionis dominicae memores sint oportet" ("Cursus Scripturae Sacrae", Prior epistola ad Corinthios, Letheleux, Paris, 1909, p. 346). O próprio Papa Pio XII interpretou também no mesmo sentido o texto paulino: "A Igreja repete a todos os seus filhos o convite de Cristo Senhor "Tomai e bebei... Fazei isso em minha comemoração" (I Cor 11,24)" (Mediator Dei, D.P. 54, § 114); e o Papa continuava falando da comunhão sacramental. Esta interpretação de I Cor 11,24 é muito curiosa e inesperada se o leitor leva em conta a declaração dogmática do Tridentino em relação com este texto (Dz. S. 1740 (938); cf. 1752 (949)). Mas não há contradição, como o comentário de Cornely mostra muito bem.

perante os homens que a minha morte foi a vitória redentora daquele que ressuscitou para salvá-los e julgá-los" (17).

Por outras palavras, os presbíteros e os leigos que comungam na mesma missa obedecem de modo diverso e jerarquizado, mas unificado ao preceito universal de Cristo: beber o Seu Sangue, não só em memória d'Ele (tradução ordinária), mas sobretudo como rito comemorativo da Sua Paixão sacrificial. Esta comum obediência e comunhão obediente é um novo e supremo liame da fraternidade entre presbitério e laicato, uma renovação da eterna e sempre nova aliança que une cada um dos dois com Deus e ambos entre si, o modo por excelência de reconhecer que o Cristo é o único Sacerdote de cujo sacerdócio ambos participam de modo diverso (jerárquico no caso do presbitério, comum no caso dos fiéis, para retomarmos o vocabulário de I.G., 10.2).

Precisemos ainda: a verdadeira visão da relação presbitério-laicato não é bilateral, não encara antes de mais nada o espetáculo visível dos leigos reunidos ao redor do altar e do presbitério, mas, e muito mais, a reunião de ambos em torno do Supremo Sacerdote invisível que está atualmente exercendo Seu Sacerdócio pelas mediações, funcional e essencialmente distintas entre si, do presbitério e do laicato. Entre presbíteros e leigos, Cristo é o único Mediador, ao mesmo tempo que os presbíteros são mediadores entre Ele e povo, sacerdotal, que, em seu turno, medeia, de certo modo, entre o presbitério e os não batizados. Não dizia Pio XII na *MEDIATOR DEI* (18) que "os fiéis, como membros vivos unidos à sua Cabeça divina, *celebram* o augusto Sacrifício juntamente com Ele e por Ele rendem ao Eterno Pai os devidos louvores"?

Pio XII introduziu assim, talvez sem perceber plenamente todo o alcance da fórmula, a mais profunda noção da *concelebração*: não aquela, forçosamente rara nas presentes condições da Igreja, do presbitério ao redor do bispo, já tão bela, mas a *concelebração* da missa dominical na paróquia, onde o povo sacerdotal dos fiéis, sem poder de consagrar, concelebra com Cristo, Supremo Sacerdote, e com seu ministro visível.

Não é isso que insinua o Vaticano II ao exaltar "a celebração comunitária da Missa dominical" (19) no mesmo documento em que recordava que "toda a celebração litúrgica" é "obra de Cristo sacerdote" (20)?

O presbítero do Vaticano II é sacerdote-membro do Sumo Sacerdote, Jesus Cristo, para o serviço do Sacerdote total, Cabeça e membros.

(17) A nossa tradução de Luc. 22,19 e de I Cor 11,24-5 é longamente justificada por I. Lécuyer, C.S.S.p., *Le sacrifice de la Nouvelle Alliance*, Mappus, Le Puy, 1962, pp. 192-6, assim como por G. de Broglie S.J. num curso mimeografado do Instituto Católico de Paris, onde cita o exegeta protestante Jeremias.

(18) Pio XII, *Mediator Dei*, D.P. 54, § 198. Tradução exata do texto latino.

(19) Constituição *Sacrosanctum Concilium*, D.P. 114, § 42.

(20) *Ibid.*, § 7. Sobre o exercício atual pelo Cristo celestial de seu Sacerdócio eterno, o leitor aproveitará muito das profundas reflexões de Colman E. O'Neill, O.P., professor da Universidade de Friburgo, Suíça, no livro recentíssimo: "*Meeting Christ in the Sacraments*", Alba House, N.Y., 1964, pp. 76-85 e 219-28.

O Apostolado da Igreja e o Contato Com os Homens

Charles Ellinger
Assuncionista

Introdução

TRABALHO PROFISSIONAL OU EVANGELIZAÇÃO

Estar presente em meio aos pobres do mundo atual, ser para eles o sinal do amor de Deus, é e deve ser um cuidado primordial da Igreja, se pretende ser autêntica. Pelo trabalho social ou hospitalar, muitas religiosas dão, de maneira privilegiada, este testemunho, este sinal de uma Igreja presente aos pobres. Elas encontram problemas freqüentemente ignorados por muitos outros cristãos e padres desligados do mundo dos pobres e dos incrédulos. Sua alegria, muitas vezes difícil, é ajudar a Igreja a se abrir a este aspero essencial de sua missão.

Por isso surgem numerosos problemas à medida que o trabalho implica métodos e estruturas profissionais mais rigorosos. Podemos agrupá-los num denominador comum: *em nosso contato com o mundo pobre e incrédulo, será que representamos ainda a Igreja ou seremos simples profissionais?* Exercemos muitas vezes uma tarefa social com muita caridade, é certo, mas será que *ainda fazemos apostolado?* Será que podemos fazê-lo sem falsear nossa profissão?

Inquietações aparentemente contraditórias perturbam não poucas religiosas. De um lado temem deixar de ter respeito às pessoas, temem cair no autoritarismo ou materialismo, e reduzir o trabalho profissional a pretexto para trazer os homens à Igreja. Por outro lado receiam não ter o cuidado suficiente de educar, receiam ser discretas demais para iniciar um diálogo religioso e não ousar anunciar o Senhor, despertando os corações para sua mensagem. O demasiado respeito pelas pessoas não implica indiferença apostólica, cumplicidade com a descrença?

A finalidade missionária parece essencial às origens e às constituições de muitos institutos religiosos. A jovem entrou para o noviciado por ardor missionário. Aí mesmo se desenvolveu êle através de tóda uma espiritualidade. Uma vez no pòsto eis a irmã a exercer um trabalho profissional. Trabalho profissional que parece bastar-se a si mesmo : assistente social, enfermeira, assistente familiar... Permanece ainda missionária, ela que avalia todos os dias o valor profissional de sua tarefa ?

As inquietações destas religiosas correspondem às críticas e censuras que se lhes fazem de fora, censuras igualmente contraditórias. É um serviço social que pedimos e não uma ação-religiosa, dizem uns. As irmãs não se preocupam mais intensivamente em despertar a fé, julgam outros.

A inquietude profunda de tais religiosas é a de frustrar-se na missão que lhes é confiada. Por seu trabalho, exprimem uma certa visão da Igreja. É a visão verdadeira ? Temem deturpá-la. Se se descuidam quanto ao despertar a atenção religiosa no coração dos homens, não apresentam a imagem de uma Igreja indiferente à salvação deles, à vinda de Deus ao seu meio ? Uma Igreja sem ardor missionário, somente preocupada em contribuir para a felicidade terrestre dos homens... Numa palavra : uma Igreja laicizada ? Se no trabalho buscam encontrar os homens num plano religioso, não dão a imagem de uma Igreja indiscreta, que quer recrutar membros por todos os meios, moralizar ? De qualquer maneira temem comprometer a missão da Igreja.

Assim colocado, o problema diz respeito sem dúvida a questões de métodos, — e são importantes no apostolado. É, porém, mais profunda. Põe em causa a maneira de conceber o apostolado. *O que é o apostolado ? Qual o seu objetivo ? Qual a atitude apostólica no mundo moderno ?* Teoricamente a resposta é simples, e todos estão de acòrdo : apostolado é revelar o Cristo ao mundo. Mas na vida concreta, numa vida profissional, o que quer isto dizer ?

Fazemos ainda apostolado como quem trabalha na cozinha, no secretariado, na política, na medicina ? Certamente que não. O apostolado não é uma profissão a mais entre as outras, e que se realiza de maneira codificada. Não temos de fazer apostolado, mas de exercer uma missão, *viver como enviados* em tóda a vida e especialmente no trabalho profissional. Somos chamados a ser testemunhas do amor de Deus em nosso contato com os outros.

No serviço, e na determinada forma de serviço que é o trabalho profissional, deve-se procurar manifestar aos homens o amor de Deus. É a maneira de os servir, o modo de conviver com êles, que estão em causa. A solicitude profunda da vida do apóstolo deve ser a de poder falar do Cristo. Não podendo falar dêle, será que a pessoa deixa de ser apóstola ? E será que só fala dêle, quando faz uma catequese explícita ?

Para efeito de maior clareza em meio às inquietações em pauta, refletamos mais profundamente sòbre : qual é a missão da Igreja hoje ?

Como ela vê o mundo? Como quer entrar em contato com êle para ser o sinal do amor de Deus?

Compreenderá a exposição três partes:

- 1 — Como o apostolado da Igreja responde à vocação da humanidade?
- 2 — Os obstáculos à evangelização provenientes da nossa mentalidade.
- 3 — Aspectos da visão missionária da Igreja hoje.

I

O APOSTOLADO E A VOCAÇÃO ETERNA DA HUMANIDADE

Na ação somos todos guiados, sem o saber talvez, por certa idéia que fazemos da Igreja, do apostolado e do mundo. Não raro compreendemos a Igreja como algo que se apõe à vida do mundo. Aparece-nos o apostolado como um setor de atividade a mais além dos diferentes setores de atividade do mundo. Nós os justapomos.

Ora a Igreja não se justapõe simplesmente ao mundo. É antes o próprio mundo tomado em sua maior profundidade. O mundo em sua destinação espiritual. Destarte a graça e o pecado não se ajuntam a nossas vidas no mundo, mas estão em luta na vida que levamos no mundo, na vida que leva o mundo. A Igreja não é simplesmente um organismo a se unir aos demais organismos políticos. Não simplesmente um grupo a mais; seus membros pertencem a todos os grupos. Ouvimos freqüentemente afirmações como estas: "fulano pertence à Igreja, beltrano a um partido político, sicrano a um clube de futebol". Ou ainda: "O ensino religioso é uma matéria a mais a se dar nas escolas". Certamente no horário, o ensinamento religioso é uma matéria a mais na semana; um verdadeiro ensinamento religioso, contudo, não é uma disciplina como qualquer outra. Retoma êle tóda a vida do jovem. Quer dar um sentido a tóda a sua vida, mesmo à profana.

Se em nosso pensamento, a Igreja é somente algo que se justapõe às realidades do mundo, teremos sempre a impressão de estar do lado da vida, das fôrças do progresso, do real. Não é êste um dos grandes temores dos católicos de hoje: sentir-se ao lado, a mais, inúteis à vida do mundo, parasitas mesmo? Talvez seja necessário interrogar o que a Igreja é para o mundo, a esperança que tem para êle, o que quer ser na vida do mundo e na vida dos homens. A esta altura o mal-estar de se sentir marginal terá desaparecido. Descubramos então tal visão de conjunto.

O sentido do mundo na Eucaristia

Para perceber esta ligação entre apostolado e destinação do mundo, ou vocação da humanidade, tomemos a Eucaristia como ponto de partida. Tôdas as manhãs encontramos o Senhor na Eucaristia. Não se trata de

um ato isolado, de uma evasão, que nos separa da vida e dos outros. Revela-nos a Eucaristia que nossa destinação, a destinação dos homens, é estar reunidos na comunhão do Senhor. Mostra que a nossa destinação e a da humanidade, é de passar ao Pai. De antemão, misteriosamente, nos faz viver a destinação da humanidade na plena realização: a comunhão dos homens com Deus. Participar da Eucaristia não é praticar ato de devoção como os outros; é um ato em que misteriosamente já realizamos o sentido de nossa vida, o sentido último da vida dos homens.

A presença sacramental do Senhor em sua Igreja é penhor da comunhão eterna com Ele. Revela-nos a Eucaristia, portanto, o sentido do mundo, o sentido da humanidade: a comunidade dos homens é uma comunidade chamada à comunhão filial com Deus e à comunhão fraternal de todos no Cristo.

Manifesta-nos ainda que o Cristo arrebatou a Igreja em sua Páscoa, em sua passagem para o Pai. É a Páscoa da Igreja. Revela-nos que há uma Páscoa para o mundo inteiro. O fim da humanidade é esta Páscoa, a passagem total para o Pai.

Pelo apostolado não visamos a mesma coisa? Não é o apostolado separado dos sacramentos, continua-os no contato com os homens, na ação. Talvez a Eucaristia nos pareça, em certos dias, bem pobre, simplesmente porque não a aprofundamos até tal ponto. Ora é ela o resumo do desígnio de Deus sobre os homens, desígnio de amor e de salvação, para levar os homens à comunhão com Ele e entre si. Ao celebrá-la, precisamos redescobri-la cada dia. Deus criou os homens para esta comunhão; instaurou a história sagrada, toda a marcha de Israel, em vista deste fim. O Cristo veio revelar a vontade do Pai de dialogar com os homens, de os reunir em sua comunhão. A revelação do Cristo, palavras, gestos, morte e ressurreição, anúncio de sua volta, mostra simultaneamente a destinação da humanidade. A Eucaristia insere nossas vidas em tal desígnio. Faz-nos viver a destinação do mundo em sua maior plenitude.

O sentido do mundo no Credo

Poderíamos apontar também como o batismo e outros sacramentos significam o mesmo sentido do mundo. Mas vale a pena determo-nos no Credo, resumo de nossa fé. Ao reeditá-lo, não enumeramos simplesmente artigos sucessivos, verdades desorganizadas. Proclamamos o desígnio de Deus: a humanidade é querida por Deus num ato de amor para se realizar no amor. Dizemos de fato que o Pai criou o mundo, lhe enviou Jesus Cristo para o salvar, quer reunir os homens na comunidade eterna para além da morte. Esta fé não é um certo modo de encarar a humanidade e seu destino? Não é também uma visão do mundo idêntica à que se tira da Eucaristia? O Credo nos revela o sentido da humanidade: a família dos homens amada por Deus para nele encontrar sua destinação final.

Um Evangelho para os homens

A Eucaristia e o Credo, por exemplo, são resumos do Evangelho, uma boa nova para os homens no concernente ao sentido da vida. Não podemos olhar o mundo sem o fazer à luz desta fé. Compreendêmo-lo então como um mundo que tem uma destinação espiritual: a comunhão filial com o Pai no Cristo, a comunhão fraternal de todos no Cristo. Se não chegamos a tal ponto, não podemos compreender o sentido da vida humana, separamos a fé e a vida. Em última instância, tôdas as realidades do mundo e da vida são em pequena escala uma condição desta plena realização. Dá-nos a fé um otimismo fundamental, que nada nos pode tirar: o otimismo de saber que os homens são destinados à salvação; isto é, a humanidade tem valor aos olhos de Deus.

O Evangelho não deveria permanecer teoria geral. Determina a nossa visão sobre os homens. Tôdas as fisionomias concretas com que nos deparamos são chamadas a esta comunhão filial e fraternal, têm um valor imenso aos olhos de Deus. Nosso desejo apostólico não é reuni-los em alguma coisa, mas ajudá-los a se tornar esta coisa. Somos instados a transmitir o Evangelho aos homens, como a alegria e como a riqueza última de sua vida. Nosso voto de apóstolo é de os saber conscientes que são chamados a esta comunhão, que o mistério está a operar-se no coração e na vida. O Senhor já se preocupa com eles e os ama, são solicitados já a se amarem mutuamente. Eis como vemos os homens e como quiséramos que se vissem a si mesmos.

Falamos de Evangelho. Não se trata, portanto, em primeiro lugar, de um livro. Mas de uma Boa Nova que Deus faz nascer no mundo. O Evangelho é, antes de tudo, a ação de Deus que revela aos homens o seu amor, é o Cristo que lhes vem na frente, é o Espírito que desperta sem cessar os corações. O Evangelho da Igreja é anunciar tudo isto e ajudar os homens a vivê-lo.

Criamos um Têrmo: a Evangelização. No fundo, porém, a palavra Evangelho em São Paulo, significa a mesma coisa. É palavra que designa uma ação: a obra de Deus em Jesus Cristo e pela Igreja. Há Evangelho, evangelização, apostolado — e problemas de apostolado — somente porque Deus quer levar os homens à Páscoa, quer que a destinação última do mundo seja a comunhão filial e fraternal.

A alegria do apostolado

Pode o apostolado ser considerado como a iniciativa de Deus através da atividade da Igreja, através de nós, para fazer desabrochar, conhecer e viver este desígnio. Não é em primeiro plano obra nossa, mas de Cristo, do Espírito que anima a Igreja, que nos anima. Podemos dizer que o apostolado é, portanto, algo a que nos submetemos, que se apodera de nós, e na qual somos arrastados por Deus, antes de ser obra nossa.

Ser apóstolo é ser enviado. *Eu sou enviado*. Em gramática esta expressão está no passivo. Com efeito, o Evangelho é uma alegria e uma força que me arrastam, uma graça que recebo. Antes de proclamar uma Boa Nova é necessário me deixar atingir por ela, experimentá-la não de maneira resignada, mas alegremente. No descobrir a alegria de ser chamado e salvo, reconheço num mesmo movimento, que esta alegria, esta riqueza são para toda a humanidade. Tomados pela Boa Nova da reconciliação com Deus, compreendemos que todos os homens são chamados à mesma reconciliação e descobrimos que somos enviados para manifestá-la (cf. II Cor 5,18-21).

É também o Evangelho ao mesmo tempo uma riqueza a aprofundar (a interiorizar, dizemos) e a comunicar. Não podemos fazer um sem o outro. Renovação espiritual e ação apostólica se desenvolvem sempre juntas, jamais uma sem a outra.

O Evangelho hoje

Aos olhos de Deus a humanidade é destinada a salvar-se: eis aí o Evangelho. A Igreja testemunha aos homens a salvação: a evangelização. É necessário dar mais um passo, e dizer que se trata de uma realidade *de hoje*.

Quando falamos de evangelização no passado, ficamos descansados. Temos a impressão de que as coisas iam por si mesmas, apesar das dificuldades. Porque lhe conhecemos o resultado. É mais fácil falar da evangelização nos *Atos dos Apóstolos*, que da evangelização a ser tentada em nossos dias. Ao lermos a história de um santo ou de um fundador, grandes missionários, temos a impressão de que tudo correu só; apesar de todos os obstáculos, o santo não tinha senão de realizar um programa traçado, aquele que o biógrafo retira de um relance. Parece que o libreto fôra escrito anteriormente e que só lhe restou (ao santo) encená-lo com toda a generosidade. Na verdade o santo teve de criar seu próprio caminho no dia-a-dia, dentro das realidades de seu tempo, contando também com seus reveses. Como nós, foi necessário a eles reencontrar todas as manhãs uma fé nova, debater-se com inquietações, temores, lutar para ter convicção na ação do Espírito, encontrar o caminho do apostolado ajustado ao tempo.

Hoje percebemos novidades por toda parte. As civilizações modernas tornaram-se autônomas em relação às religiões; preocupam-se com o desenvolvimento do homem. Temos a impressão de que o mundo escuta menos o Evangelho que outrora — impressão que pode ser falsa. — De fato, os homens de hoje estão menos ligados às formas de vida da Igreja. O terceiro mundo que ingressa na história tem escutado muito pouco do Evangelho. A Igreja parece uma pequena família em meio a todos os grupos religiosos. Aliás, a *ECCLESIAM SUAM* o nota explicitamente. No Ocidente cristão de outrora, a Igreja fazia parte da civilização, estava presente em toda parte, a religião dominava publicamente a vida dos ho-

mens. O mundo moderno é muito mais autônomo em relação às religiões. Parece que nas grandes preocupações da ciência, da técnica, do desenvolvimento, os homens não têm mais necessidade da religião. Deparamos com problemas novos, porque o mundo se renova. Diante destas questões, nos é necessário aprofundar a fé no Evangelho, força de salvação para o mundo de hoje, como para o de ontem.

É fácil dizer, que não há salvação para os homens, senão no Evangelho. Faz-se mister experimentar o que isto significa concretamente, para os *homens de hoje, com os problemas que caracterizam a vida moderna*.

O apostolado de hoje se dirige ao mundo de nosso tempo como o de São Paulo, e o da Idade Média se adaptavam a estas épocas. Uma *convicção fundamental* se impõe a nós: somos enviados a testemunhar o Evangelho num mundo tal qual é e não como sonhamos. É no coração dos homens ligados ao encadeamento da civilização atual que desejamos despertar a fé e a alegria da salvação, os valores do Evangelho, do amor de Deus, da fraternidade. Não procuramos trazê-los a nós, reuni-los de qualquer modo que seja. O desígnio é *evangelizar*, isto é, fazer descobrir o apêlo e a graça do Cristo em meio a sua vida, e de fazê-lo descobrir como uma riqueza. Sentimo-nos ligados à aventura espiritual do mundo moderno. Não pode ela ser uma esperança para os homens sem o Evangelho.

II

OBSTACULOS PROVINDOS DE NOSSA MENTALIDADE

O apostolado encontra sempre os obstáculos que são o pecado e as forças do mal... tudo o que caracteriza o *mundo* no sentido pejorativo do termo em certos textos de São João. Trata-se de tudo o que se supõe em nós e fora de nós à crença do Reino de Deus. Tais obstáculos devemos vencê-los sem cessar. Luta sem tréguas, vitória constante. É o combate do cristão, do apóstolo.

Esclareceremos aqui outros obstáculos, aquêles que provêm de *nossa mentalidade*.

A solicitude do número

À primeira vista, a solicitude do número parece corresponder à solicitude da salvação de toda a humanidade.. Mas é verdadeiramente assim em nossa psicologia? Corresponde a solicitude do número quase sempre à necessidade de nos tranquilizar a nós mesmos. Se todos pensam como eu, pertencem à mesma Igreja, praticam ritos idênticos, sinto-me muito mais tranquilo. Ao contrário, se me sinto uma pequena minoria, fico mais inquieto quanto ao valor de minha religião, e me é necessária muito mais solidez para manter-me firme.

Quando, de repente, à passagem de um acontecimento importante, todos falam com admiração da Igreja, ufanamo-nos. Se *O Cruzeiro*, *O Estado de São Paulo* publicam artigo sobre a evolução da Igreja, sobre sua abertura para o mundo, sentimos prazer. Experimentamo-nos aceitos pelo mundo, encontramos melhor nosso lugar. Os problemas estão resolvidos e as inquietações desaparecem.

Temos necessidade de vedetes, gostamos de colocar em relevo a conversão, mesmo *in extremis* de determinado político ou ator; estas conversões causam choque; dão-nos um pouco de razão e mais segurança. Qual a qualidade da alegria diante de uma conversão deste gênero? É verdadeiramente a alegria pelo fato de um homem ter encontrado a Deus, realizado o sentido da sua vida? A alegria de o Evangelho ser comunicado?

Fazemos muito empenho em distribuir os sacramentos. Minha vizinha via muitas vezes em sua casa um menino judeu. Não suportava que não fôsse batizado e o teria batizado sem o seu conhecimento e o dos pais, pronunciando as palavras do batismo, por exemplo, ao fazer-lhe a toalete. A preocupação maior era a salvação do menino; ou simplesmente lhe parecia insuportável, em um meio católico, que o menino não fôsse como todo mundo? Trata-se, sem dúvida, apenas de exemplo. Mas casos como êste acontecem.

A preocupação do número explica também o medo diante das estatísticas que revelariam a fraqueza de nosso grupo religioso. Aparece também num exagerado entusiasmo pelas estatísticas; faz-se tudo para que se tornem melhores. Tal procedimento salienta a necessidade de segurança; temos menos problemas, quando sentimos nosso grupo mais forte, mais bem reconhecido.

Todavia nossa preocupação não deveria ser a do número. A solicitude do apóstolo é a evolução dos corações e dos espíritos. E isto não é em primeiro lugar uma questão de cifras.

A tentação da unidade

A presente tentação secreta é bastante semelhante à anterior. Falamos muito da unidade da Igreja e a desejamos vivamente. O sofrimento que experimentamos é o de sentir quanto a desunião é contrária ao amor de Deus, à oração do Cristo, à verdadeira comunhão filial e fraterna? É o de saber quanto a desunião está em contradição com a Eucaristia que celebramos, quanto ela está em oposição à vontade de Deus?

Ou antes, nossa (inquietação) preocupação de unidade não se limita simplesmente à necessidade de fazer número compacto, de serrar fileiras, de se sentir mais fortes e mais em segurança diante de um mundo difícil, onde os cristãos são menos numerosos?

Quando desejamos a unidade dos cristãos, ou mesmo mais largamente uma certa unidade de todos os crentes, qual é a nossa preocupação? Muitas vezes juntamos unidade e senso missionário. O que é absoluta-

mente justo : que eles sejam um a fim de que o mundo conheça que Vós me enviastes. Mas o Cristo quer que esta unidade seja sinal de amor, de comunhão e não a apresenta como força de conquista.

A solicitude deformada da unidade se exprime também na tentação de tudo unificar. Gostaríamos que todos partilhassem da mesma mentalidade, maneira de fazer e de pensar. Do contrário perdemos a segurança. Ora, unidade que nivela, provoca por oposição a desavença. Os que não querem entrar em nossa forma se opõem e se separam; seja forma antiga ou moderna.

A verdadeira unidade, devemos procurá-la no mesmo amor de Deus partilhado; é comunhão de pessoas na mesma fé, não nivelamento exterior.

O primado da organização

Obstáculo que espanta a todos sobretudo na idade das responsabilidades. É necessário que as instituições, as escolas, os hospitais, os movimentos funcionem bem e se desenvolvam. A organização é essencial a toda obra que se deseja eficaz. A desordem e a negligência não são sinais de apostolado.

Entretanto no esforço de organização e desenvolvimento das obras podemos deixar-nos seduzir por motivos demasiado humanos. A organização torna-se nosso primeiro cuidado. Saber organizar um dispensário ou um hospital não é ainda sinal de Evangelho. Queremos ter o melhor dispensário da cidade, ou desejamos servir melhor as pessoas da cidade? Sem dúvida, para servir os necessitados é necessário um bom dispensário : mas nossa preocupação secreta está centrada na *melhor organização* ou no *melhor serviço*?

O temor de não ser bastante moderno

O primado dado à organização realça um certo triunfalismo, muito criticado nestes últimos tempos. Pode o triunfalismo nascer hoje sob outras formas mais secretas : a satisfação de ser os que são evoluídos, que estão na moda, que divulgam todos os novos *slogans*. Nossa preocupação é que a Igreja evolua por evoluir, ou que evangelize, que seja um sinal de amor para todos? Nada mais importante que este gênero exterior, onde se utilizam termos os mais modernos da pastoral e da espiritualidade, sem viver-lhes a significação. Somente nas palavras se é moderno. É necessário assinalar o abuso que podemos fazer dos temas "pobreza", "Igreja dos pobres"; seria perigoso fazer disso uma bandeira. Nosso esforço verdadeiro é mais modesto, procurar como na civilização atual exprimir uma pobreza verdadeira. Não possuímos a pobreza.

A tentação de conquista de anexação

Em certas épocas os termos militares aparecem de bom grado no vocabulário do apostolado. Parte-se para a conquista das almas. Felizmente, hoje se utiliza muito menos tal linguagem. Muitas pessoas, contudo, sobretudo os jovens sentem quase que por instinto, que gostaríamos de anexá-los. Ora, os homens não gostam de ser objeto de conquista. Se prevejo que alguém vem a mim para conquistar-me a alma, de antemão lhe fecho a porta. Se o apostolado apresenta-se com esta vontade de anexação, os homens de antemão se hão de fechar à nossa mensagem e ao nosso testemunho. Este temor e este ressentimento de muitas pessoas explica em grande parte a situação difícil da França; não se pode muitas vezes falar diretamente de Evangelho, porque as pessoas temem, com ou sem razão, que os procure anexá-los, fazer pressão sobre elas. É necessário que sintam em primeiro lugar a autenticidade de vida evangélica, a riqueza da fé e a reverência a seu respeito e a respeito de seu encaminhamento.

Os homens não são objeto de conquista, nem mesmo de resultados estatísticos satisfatórios. Seria considerar unicamente do exterior a missão, vê-las em termos de cifras. No contentamento de enumerar as realizações, o número das conversões, não se esconde uma secreta vontade de poderio? Ao contrário a salvação da humanidade é algo profundo.

Não se trata de negar a utilidade das estatísticas. É necessário levar-lhe em conta a lição. Mas que não sejam o motivo dos contentamentos ou dos desencorajamentos. O caminho de Deus no coração dos homens, eis o que precisamos desejar e contemplar.

É, aliás, um dos sinais de nossa renovação atual ver em toda a parte um pouco a evolução das mentalidades neste domínio.

III

ASPECTOS DA VISÃO MISSIONÁRIA DA IGREJA

Fomos de tal maneira prevenidos contra a indiscrição a ponto de chegarmos a ter medo de encontrar-nos com os homens num terreno religioso. Demasiada paciência começa a ser pusilanimidade. Se de algum modo não podemos transmitir o que cremos, não há diálogo verdadeiro; as relações com os homens colocariam entre parênteses o que possuímos de melhor; seriam falsas. O que importa é o espírito e a atitude com as quais empreendemos este diálogo.

O sentido do apêlo

Ao entrar em contato com os homens, Cristo reconhece-os como os chamados do Pai. Ele mesmo os aborda com uma psicologia do apêlo, so-

lícito em despertar nêles algo de profundo. Para ser apóstolo, é-nos necessário ver os homens numa mesma ótica, abordá-los com uma mesma atitude.

Nossa preocupação não é, portanto, a de ter bom êxito ao uni-los à Igreja de maneira exterior — o que satisfaz sobretudo a nós mesmos — mas de reconhecê-los chamados do Senhor, chamados da comunhão filial e fraternal. Nossa alegria será a de poder pouco a pouco descobrir tal riqueza. Aí, então, evangelizaremos autênticamente.

No fundo estamos inquietos com a verdadeira felicidade dos homens e não pelo bom êxito do trabalho. Aliás, o trabalho missionário tem bom êxito na medida em que seja um canal da ação de Deus para salvar os homens.

Neste sentido, a imagem evangélica da semente e a do fermento nos podem inspirar. É necessário colocar o fermento na massa, isto é, atingir os homens nas realidades de sua vida, seus cuidados; colocar o fermento na massa não é enfeitá-la. É indispensável lançar a semente no campo e não no ar, ou sobre calhaus. Lançar um grão em terra, é querer que a planta se torne uma planta desta terra.

Com efeito, cada homem já dá um certo sentido à vida pessoal através das experiências, relações, alegrias, preocupações, engajamentos e desistências. Nosso testemunho e diálogo passarão ao lado dêle, se não sabemos descobrir todo o alcance espiritual da experiência. Na vida cotidiana, cada homem vive ou recusa viver valores de generosidade, de justiça. A consciência se abre ou se fecha aos secretos apelos do Evangelho, àquilo que o Senhor espera dêle. O encaminhamento para o Senhor se fará ordinariamente através do próprio caminho da experiência.

Não temos também de traçar caminho para os outros, mas respeitar seu encaminhamento e ajudá-lo. É um ponto essencial. E se o consideramos devidamente, nos libertamos de falsas inquietações e angústias. Não procuraremos conduzir as pessoas a um fim que nós mesmos fixamos para êles — isento de ser afligidos por sua recusa — nos preocuparemos ao contrário em despertar os corações, a corresponder aos apelos que Cristo faz nascer na vida de todo homem.

Tornar-nos conscientes da importância espiritual da experiência vivida por todo homem, nós o temos sempre de aprender. Quando nos falam sobre situações familiares, problemas os mais diversos, esperam ser compreendidos. A compreensão aliás nos permitirá patentear melhor nêles os apelos religiosos.

Quando nos falamos de religião de maneira direta, muitas vezes, não se trata de gestos sem ligação com sua vida. Então aí ainda evitemos julgar muito depressa de modo negativo. Tais referências religiosas em geral, ainda possuem certa significação. Por elas, querem entrar em contato conosco num plano religioso, que pensam ser o nosso. Pode isto, freqüentemente ser ocasião de um diálogo de verdade.

No trabalho apostólico, mais de uma vez, temos a impressão de que podemos apenas lançar a semente e de que não vemos amadurecer a seara.

Resulta daí um sentimento de confusão e ineficácia. Mas os critérios de eficácia do Reino de Deus são em primeiro lugar os que podemos avaliar. A ação do Senhor, o trabalho do Espírito no coração dos homens passa também por sua maneira de considerar suas responsabilidades familiares e profissionais, por seus esforços de lealdade em meio às dificuldades por seu progresso numa vida mais preocupada com a fraternidade e a paz. Ao abordar os homens, Cristo os olha com uma imensa esperança por eles. Talvez um dos primeiros segredos de nosso apostolado seja de abordar os homens numa atitude de esperança a seu respeito.

O sentido da Igreja

Falar do sentido da Igreja é evocar as riquezas de sua doutrina, de seus sacramentos, de seu ministério hierárquico. O risco seria o de não ver em tudo isto senão o aspecto exterior, a organização e esquecer a vida profunda. Estas riquezas são de ordem espiritual para a comunhão com Deus e entre si. É este o mistério profundo da Igreja.

Preocupados muito exclusivamente em transmitir respostas feitas de antemão, obrigações, gestos, não revelamos a verdadeira visão missionária da Igreja. Experimentemos fazer alguns testes.

Falamos com alguém sobre o batismo. Nossa preocupação é só e em primeiro plano que o pai faça batizar o menino? Ou queremos ajudar a família — e um dia seus filhos — a compreender que a vida não se fecha nas realidades visíveis e materiais, que ela se volta para uma vida eterna, que já está no amor de Deus. Falamos do batismo como um gesto a executar ou sabemos exprimir e fazer compreender aos homens de hoje o que é o batismo dentro da Igreja?

Trabalhamos pela assistência da Missa. Simplesmente para que se cumpra a obrigação dominical e se esteja dentro do regulamento? Ou antes que se faça a experiência do encontro com o Senhor, para que se tenha a *chance* de ligar toda a vida ao amor do Cristo e dos outros? Queremos somente que se submeta a um preceito ou sofremos de ver faltar alguma coisa de essencial, que só a vida eucarística pode dar?

Ficamos sempre inquietos quando as pessoas não vão à Missa. Temos razão. Mas por que a inquietação? Temos falado muito sobre a obrigação do domingo; temos outro tanto procurado fazer descobrir o sentido da Eucaristia? Seríamos capazes de dizer em termos compreensíveis a um homem de hoje, o que significa a Eucaristia para a Igreja? Experimentamos este pequeno teste! As épocas em que se insiste o mais sistematicamente sobre a obrigação são as que refletem menos sobre o mistério, sobre o sentido das obrigações.

A doutrina da Igreja nos deve guiar. Contudo podemos também abrigar-nos por detrás dela para não refletir e passar ao lado das questões dos homens. Levamo-lhes então respostas feitas, sem entrar realmente no coração de suas preocupações e sem assimilar a doutrina da Igreja em função das dificuldades vividas pelas famílias, pelas pessoas. Dar a res-

posta correta antes de compreender o que vivem os homens: não é a final dar resposta, mas evitar partilhar um problema. As dificuldades nos deveriam fazer pensar, repensar, assimilar de maneira viva a doutrina da Igreja. O Evangelho nunca é uma lição bem aprendida, mas uma resposta que o Senhor faz nascer em meio às dificuldades vividas pelas pessoas com quem entra em contato.

Colocamos algumas vezes a seguinte questão: qual Igreja os homens encontram através de nós? Uma sociedade solícita em agregar o maior número de membros possível, de fazer partilhar seus gestos e maneira prontinha de pensar? Conseqüência: muitos, com ou sem razão, temem ainda uma Igreja que parece querer governar sua vida a bel-prazer, ligá-los exteriormente a preceitos e lições feitas de antemão, sem levar em conta sua situação. Os jovens sobretudo sentem instintivamente todo o conformismo que opomos às suas interrogações. Têm medo de querermos "possuí-los". Recusam-se, então. Mas a imagem da Igreja que rejeitam não é uma imagem falsa, imagem que muitas vezes damos sem o saber?

Em todos os tempos a Igreja tem necessidade de apóstolos verdadeiramente espirituais. Talvez isto seja mais verdade hoje do que num passado recente. O desejo profundo do apóstolo não é impor do exterior determinado estilo de vida cristã, porém ver crescer o Reino de Deus nos corações, na procura dos homens, nas questões, com que depara no dia-a-dia. Tal desejo está no mais profundo de nossos corações e de nossa ação. Temos de desenvolvê-lo.

A luz da Encíclica ECCLESIAM SUAM

Os caminhos para a fidelidade da Igreja em sua missão no mundo de hoje: tal é o tema desta encíclica de Paulo VI. Faz ele sem cessar a ligação entre senso de Igreja e questões atuais. Três aspectos são colocados em relêvo, aspectos que andam sempre juntos: aprofundamento espiritual, renovação moral, diálogo com os homens.

Aprofundamento espiritual — Se a Igreja quer ser alguma coisa para os homens, é necessário sempre — porque isto jamais está definitivamente adquirido, mas deve renovar sem parar — que aprofunde o que ela é. Que se reconheça no Evangelho, que se renove na alegria da salvação. Todos os problemas do apostolado são mal colocados, não passam de problemas muito humanos, sem a renovação espiritual. Sem ela nada de autêntica renovação apostólica. Sem ela, a vida apostólica não será uma vida mística, mas uma obra quase leiga. A Igreja não será um sinal de esperança para os homens, se os cristãos mesmos não forem seduzidos por esta esperança. Como estar realmente preocupado pela salvação dos outros se não estou sempre pronto a encontrar de novo a alegria de ser salvo, esta a grande riqueza da Igreja? Como levar uma boa nova para a vida dos homens, se eu não sei avaliar-lhe a extraordinária novidade e riqueza? O apostolado se transforma em simples vontade humana de poderio, desde que o desejo de partilhar o amor de Deus não o anima em primeiro plano.

Sem esta riqueza profunda que faz a Igreja, a que iríamos testemunhar? O apóstolo deve ser humildemente testemunha do que vive ou ao menos do que procura viver. De outro modo, a ação e o diálogo com os homens soam desafinados.

Renovação moral — É a segunda parte da encíclica. Nossa vida deve ser marcada pelo Evangelho, através de um modo de pensar e sentir caracterizados sobretudo pela caridade, pobreza, autenticidade. Impossível fazer nascer no coração o sentido do amor fraterno, se nossas próprias vidas não são permeadas por eles, — nossas vidas e também a das comunidades. Aquêles que não fazem todos os dias o esforço para aprender a amar, como compreenderá de que fala, ao pregar o amor de Deus e o amor fraterno? Amar de verdade, eis uma das lutas essenciais de nossas vidas. Poderíamos fazer uma observação semelhante com respeito à pobreza. As mais calorosas palavras sobre a pobreza podem impressionar um momento. De nada valem, contudo, se não exprimem um esforço contínuo de ser pobre, humildemente — porque não temos a pobreza como uma pretensão. Estar próximo dos pobres, preocupação que perpassa através da luta para nos tornar pobres.

O que acabamos de dizer da caridade e da pobreza, poderíamos repeti-lo a propósito de tôdas as atitudes evangélicas. Sem renovação, sem o vigor moral de nossas vidas, seremos simplesmente sentimentalistas e tagarelas, ou pior ainda, uns grandes hipócritas.

Diálogo com os homens — Aprofundar-se na alegria e na vida segundo o Evangelho, isto necessariamente redundará no diálogo com os homens, nossos irmãos na Igreja e no mundo. O contato com os outros será, à primeira tentativa, apostólico, sem ter, contudo, nenhuma pretensão de conquista. Será testemunho e não tentativa de anexação. Não empregamos o termo diálogo simplesmente pelo prazer de "ser moderno" — sempre se tem medo de não ser bastante moderno nas palavras e isto faz perder muito tempo! O diálogo está inscrito no desígnio de Deus, no mais íntimo dêste desígnio. Todo o movimento do amor de Deus se exprime num incessante diálogo com a humanidade. E o apostolado, se quer ser sinal do movimento do amor de Deus se exprimirá sob a forma de diálogo. O Papa Paulo VI chega até a dizer: a relação entre a Igreja e o mundo hoje se exprime da melhor maneira sob a forma de diálogo. O diálogo, porém, supõe uma profundidade espiritual de nossa própria vida e uma atenção profunda à vida dos outros; do contrário o que chamamos diálogo não é mais que tagarelice.

Não consiste o diálogo com o mundo somente em ir falar com êle. Faz-se numa presença aos outros, aos seus problemas. Presença às encruzilhadas da civilização, presença às pessoas, aos grupos, às vilas. Presença às preocupações e alegrias: "Não se salva o mundo de fora... É necessário partilhar os costumes comuns, contanto que sejam humanos e honestos, e principalmente aquêles dos mais pequenos, se se quer ser escutado e compreendido. É necessário mesmo, antes de falar, escutar a voz e mais ainda o coração do homem, compreendê-lo e enquanto possível res-

peitá-lo e, onde o merece, aceitar seu ponto de vista. É necessário fazer-se os irmãos dos homens. "O clima do diálogo é a amizade." No momento em que os problemas dos homens se tornarem os nossos e em que os tenhamos aprofundado como nossos à luz do Evangelho de Jesus; poderemos dialogar com eles em sua vida em toda a verdade. Que alegria, mas também que exigência dura em certos dias; porque nos é necessário deixar transtornar pelos outros.

Dialogar não é arvorar-se em mentor, mesmo intelectual, nem moralizar; dialogar é tentar fazer nascer no coração dos outros os valores do Evangelho, certo sentido de Deus, e talvez um dia, ser levado a testemunhar claramente, mas sem pretensão, a sua fé; revelar o Cristo humilde e fraternalmente.

A Encíclica *ECCLESIAM SUAM* coloca o diálogo no centro do apostolado. Regozijamo-nos com isto. Formula em termos claros como atitude querida e consciente da Igreja, o que há mais de uma dezena de anos os apóstolos mais clarividentes procuraram. Dialogar com as pessoas, dialogar com as correntes de opinião que embaraçam o nosso mundo contemporâneo. Pensemos em Pio XII, que, em inúmeros discursos tentou levar o diálogo da fé a todos os problemas atuais da humanidade. Pensemos em João XXIII bem perto das reações profundas de cada um. Pensemos também em toda esta aprendizagem do diálogo verdadeiro que se faz pela Ação Católica, e outros movimentos, pela ação social cristã, e não me esqueço, pelas religiosas, as que estão mais em contato com os homens em sua vida. João XXIII falou dos *caminhos novos do apostolado*: pensava nesta vontade de encontrar, de entrar em contato com todos os homens.

A Igreja não procura concentrar-se sobre si mesma e sobre sua mentalidade. Aceita as questões que lhe impõe a civilização atual, a incredulidade, mas sobretudo as questões cotidianas com que tocam os homens em todos os setores da existência. Toma-os para transformá-los à luz do Evangelho.

Conveniência das iniciativas apostólicas

Procurando a Igreja inteira tomar a atitude de diálogo, não temos de nos preocupar de tal maneira que nosso trabalho se desabroche visivelmente. Nossa inquietação não será: terei eu mesmo convertido alguém? Seria antes a seguinte: minha vida (atitude, pensamento, ação) está coerente com o testemunho que a Igreja procura dar ao mundo de hoje? Concorda com o testemunho da Igreja? É neste ponto um verdadeiro centro de irradiação? Sou sinal da Igreja no sentido como tentamos compreendê-la? Não sou o único sinal. Na rota das pessoas com quem entro em contato, outros sinais aparecem: outras religiosas, militantes, padres, sinais coletivos conhecidos pelos meios audiovisuais etc.

Que um dia as pessoas reconheçam a Igreja em mim ou em algum outro, pouco importa. Aquêles que tem a alegria de ser a testemunha de

uma conversão, aquêle que parece algumas vêzes ter levado a centelha decisiva, sem dúvida faz a colheita de tôda a semente que o Senhor lançou por meio de outros, antes dêle, e ao redor dêle. Outros testemunhos já prepararam o terreno.

O mais das vêzes, na ação social e hospitalar a religiosa não evangeliza diretamente. É o seu sofrimento. Mas evangeliza secretamente pelo testemunho que dá na própria profissão. É a profissão, de diversas maneiras, ocasião de contato com as pessoas. Tantas mudanças se dão oportunamente durante a vida. Que através destas mudanças, como através da caridade e do serviço, os homens descubram um pouco do amor de Jesus Cristo por êles.

Falamos muito da Igreja, da Palavra, mas a Palavra é ineficaz se não é acompanhada do sinal. É, em primeiro lugar, a graça de ser êste sinal no contato com os homens. Felizes de nós se êste testemunho através do contato com os homens permitir-nos ir até a catequese. Mas não nos esqueçamos de que o contato, se é autêntico, já é caridade e testemunho da caridade.

Não façamos da profissão pretexto para recrutar. Vivamos, antes, êste serviço das pessoas e o contato que nos é dado fazer com elas nos problemas muitas vêzes violentos de sua vida, como nossa melhor fidelidade ao amor do Cristo. Carreguemos com os homens os seus sofrimentos — e não nos é a mais dura provação ficar accessíveis até ao fundo de nossos corações, todos os dias, ao sofrimento dos outros? O diálogo com aquêles que conosco entram em contato, não existe em belas teorias, mas no realismo da caridade.

E não nos esqueçamos de que o apostolado é o mistério do contato, do encontro. É suficiente meditar a vida do Cristo para descobri-lo.

2. SANTA MARIA DE BOA VISTA, PE — Dom Antônio Campelo de Aragão, S.D.B., Bispo de Petrolina, PE, pede para 1967 uma comunidade de Instituto clerical para Santa Maria da Boa Vista, a 45 km de Petrolina, para administrar uma escola de iniciação agrícola (capacidade de 150 alunos, começando com 30), para dar assistência a uma comunidade de religiosas e para assumir uma paróquia a 30 km de distância. Há condução própria à disposição.

Ulteriores informações com :

Dom Antônio Campelo de Aragão, S.D.B.

Residência Episcopal

PETROLINA — Pernambuco

Vocações

Balanço da Pastoral Vocacional Brasileira

Padre Humberto Pôrto

Subsecretário Nacional de Vocação (CNEB)

Seria otimismo infantil esperar que sobre matéria tão vasta e complexa se possa apresentar, em poucas linhas, uma visão panorâmica inteiramente satisfatória. Num país de enorme extensão territorial, de crescimento desproporcionado e de rápido desenvolvimento, os problemas humanos vêm recebendo tratamento superficial e apressado, dentro de uma geral e inevitável improvisação que, naturalmente, abre sérias e graves lacunas. Todo o esforço atual deve convergir para uma mais madura e profunda reflexão de nossa realidade. Em muitos setores de atividades humanas já experimentamos os resultados promissores de uma conscientização mais clara e objetiva dos problemas com vistas a uma solução inteligente e corajosa. A Igreja, comunidade de indivíduos segundo o Espírito, não pode fugir, no campo específico de suas tarefas apostólicas no Brasil, aos imperativos desta consciência, tanto na teoria reflexa como na prática pastoral. Tanto mais que o sopro de renovação providencial por que vem passando, nesta fase de plenitude do Concílio, provocou uma tomada de contato mais leal e autêntica com a verdade.

Responsável por setor de tão relevante e capital importância para a vida da Igreja no Brasil, o *Secretariado Nacional de Vocações* quer engajar-se no âmago desta consciência, apossar-se da realidade do problema vocacional brasileiro, em toda a sua dimensão e colaborar na sua solução, através de um programa de ação pastoral conjunta. Para isso tenta, inicialmente, oferecer as conclusões principais de um balanço geral da pastoral brasileira, selecionando dados que, analisados e discutidos, po-

derão conduzir às opções fundamentais deste campo apostólico da Igreja. Serão de ótima valia as conseqüências tiradas do estudo das exigências atuais da vida e do ministério sacerdotal, que oferecerão a moldura e o clima onde se deverá desenvolver a pastoral das vocações. O próprio conceito de vocação, que recebeu nova luz especialmente com a Constituição Dogmática sobre a Igreja, promulgada pelo Concílio Vaticano II, já de si está reclamando uma revisão profunda das bases teológicas das tarefas que cabem a este Secretariado Nacional. É o que veremos, antes de acenarmos para algumas opções básicas do nosso trabalho. Terá, portanto, três partes este balanço: a primeira, na qual apresentaremos a visão real da problemática no Brasil; a segunda, que lançará os fundamentos teológicos à luz da Teologia da Igreja; e a terceira, que tentará indicar as opções essenciais do momento.

Visão real da problemática

Como um quadro de Rembrandt, há contraste de luzes e sombras no panorama da pastoral das vocações eclesiais no Brasil. Abstemo-nos de referir aqui o acervo de dados históricos e eclesiais que possuímos, para nos limitarmos aos pontos de caráter geral que iluminarão as várias faces do problema.

A vocação sacerdotal e religiosa se revela no indivíduo. Dirige-se a homens concretos, no contexto histórico geográfico da realidade, condicionados a uma mentalidade determinada e sob influência psicológica e social de inúmeros fatores concretos, no plano nacional brasileiro, de considerável repercussão sobre o trabalho da Igreja no campo da pastoral vocacional.

1. *Fatores de ordem geral*

a) Enorme extensão do território brasileiro, com dificuldade de comunicação.

b) Alto e acelerado índice de urbanização principalmente no centro e sul do País, com o acréscimo populacional de 14% de 1940-1960, acarretando múltiplas conseqüências tanto no campo sócio-econômico, como no sócio-cultural, entre as quais se podem enumerar as seguintes, que são de maior efeito em nosso campo: na pessoa humana (crescente impessoalidade, mais decisão e menos adesão), na família (fechamento, falta de jerarquização interna) e na sociedade (pluralismo, menor inter-relação institucional).

c) Grande fluxo migratório, especialmente no centro e sul do País, atingindo num ano, de 1959-1960, o ingresso de 44 520 imigrantes portugueses, japoneses, espanhóis, italianos, alemães e de outras nacionalidades, criando problemas especiais para as vocações.

- d) Desnível social e econômico em vastas áreas do País, especialmente no norte e nordeste.
- e) Analfabetismo com a conseqüente ignorância cultural e religiosa.

2. *Fatores de ordem religiosa*

- a) Ignorância religiosa.
- b) Escassez numérica do clero, na percentagem de um sacerdote para mais de cinco mil habitantes.
- c) Ausência do espírito cristão nas famílias.
- d) Desvitalização dos organismos de apostolado vocacional, como as OVS, transformados em promotores de campanhas financeiras.
- e) Despreocupação do clero pelo problema, com graves conseqüências no aumento e seleção de candidatos.

Há de se considerar a diversidade de colocação do problema nas várias regiões do País. Há regiões onde o cristianismo deitou fortes raízes. Outras onde, por conta do fenômeno de industrialização, a movimentação de massas cria sérias dificuldades para o despertar e cultivo de vocações. Nas regiões de origem, as populações estão em estado de transferência. No lugar de destino, em situação de instabilidade social e em via de organização tanto civil como religiosa. Este fenômeno basta por si para desarticular a vida social e religiosa de um povo, carregando conseqüências para a esfera educacional, destruindo as famílias, alastrando a indiferença e o sincretismo religioso, afrouxando os costumes. O clima de instabilidade e de mudança por que passa o homem brasileiro torna-o um verdadeiro imigrante, apátrida, impessoal, sujeito às contínuas mutações sociais.

Leve-se em conta ainda o fato de que os fatores acima não atuam isoladamente. São causa e efeito, ao mesmo tempo. Interpenetram-se. Chocam-se, às vezes. Outras vezes, parecem associar-se como co-causas de situações e tensões mais ou menos profundas e graves. A pastoral vocacional deve enquadrar-se nas linhas de uma dinâmica pastoral de conjunto que atenda, inclusive, à conexão íntima dos aspectos da realidade.

O panorama vocacional brasileiro apresenta sinais positivos, nada desprezíveis, que devem ser focalizados aqui neste balanço geral do apostolado das vocações.

3. *Sinais positivos do apostolado vocacional*

O primeiro grande sinal promissor para o apostolado vocacional no Brasil foi a reorganização, em novos moldes, a partir de setembro de 1958, do *Secretariado Nacional de Vocações*, que começou a assumir a coordenação e orientação geral das atividades em favor das vocações, através da formação de nove departamentos :

- Departamento de Documentação Vocacional
- Departamento de Bibliografia e Propaganda Publicitária
- Departamento de Propaganda Cultural e Artística das Vocações
- Departamento Associativo
- Departamento de Recrutamento Vocacional
- Departamento de Seminários e Seminaristas
- Departamento de Estatística Vocacional
- Departamento de Planejamento
- Departamento de Estudos Vocacionais

De acôrdo com esta organização interna, em fase experimental ainda, procurou o Secretariado :

- a) Entrar em contato com as dioceses do País, a fim de registrar as atividades vocacionais existentes, apreciar os subsídios e métodos de propaganda vocacional, conhecer as experiências e iniciativas em curso apresentando-as depois, em síntese, em plano nacional.
- b) Estabelecer, em plano nacional, o *Dia Nacional das Vocações*, cuja data ficou fixada para o último domingo de maio.
- c) Organizar um *Documentário* ou guia prático para as comemorações do Grande Dia, contendo vasto repositório de subsídios didáticos e artísticos de caráter vocacional.

Colhendo as informações e sugestões de todos os pontos do País, a atividade vocacional assumiu melhor forma quanto à organização e centralização geral, despertando ou promovendo uma série de atividades tanto no plano espiritual como no cultural doutrinário e pastoral.

Não é nossa finalidade aqui perfilhar a série de iniciativas pastorais suscitadas, a partir da reorganização do Secretariado Nacional de caráter local ou regional que provocaram um clima de melhor simpatia e de apostólico interêsse pelo despertar, cultivo e encaminhamento das vocações. Assinalaremos apenas alguns marcos de maior importância no desenvolvimento da pastoral vocacional no decorrer dêste septênio :

- a) Publicação de obras originais ou traduzidas, através das editoras católicas do País :
- b) Lançamento da Revista *Cadernos Vocacionais*, órgão oficial do Secretariado, trimestral, já em seu 18.º número.
- c) Publicação de opúsculo de efeito promocional e propagandista para uso de entidades e particulares, de larga difusão.
- d) Organização do recrutamento vocacional selecionado, na base de uma rigorosa preparação dos recrutadores, mediante cursos especializados, com método de sondagem, inquérito e escolha dos candidatos, utilizado particularmente na Arquidiocese de São Paulo.
- e) Criação de departamentos vocacionais nos seminários e casas de formação religiosa.
- f) Lançamento do filme *A Primeira Missa*, de longa metragem, divulgado pelo Secretariado.

g) Organização de associações de enfermos, que fazem a oferta de preces e sacrifícios pelas vocações.

Estes foram alguns pontos principais atingidos pela pastoral das vocações no Brasil. A extensão territorial não permite uma visão sintética completa, que abranja toda a variedade e multiplicidade de experiências levadas a efeito. Podemos, contudo, chamar a atenção para algumas observações de crítica geral:

a) Falta de originalidade própria, no emprêgo de método, teorias e experiências importadas do exterior, sem garantia de êxito e de continuidade, por motivo de desenraizamento com a nossa realidade humana e social.

b) Desenvolvimento maior de campanhas de recrutamento por parte de ordens e congregações religiosas em enorme desproporção com o escasso trabalho paralelo realizado pelos párocos e sacerdotes do clero diocesano.

c) Ausência de catequese vocacional organizada para rapazes estudantes, universitários e profissionais, com a preocupação exclusiva pelos meios infantis e pueris.

d) Falta de profundidades e de encasamento teológico, psicológico e técnico nos esforços de sondagem, seleção e cultivo das vocações por conta de nossa natural mania de improvisação.

e) Desconhecimento da importância e da utilidade da coordenação geral de todas as atividades num organismo oficialmente criado para este fim.

f) Aspecto desanimador, sob o ponto de vista material, do clero diocesano, carente muitas vezes dos meios de honesta e condigna sustentação.

Estas observações gerais, a partir da realidade, longe de constituírem obstáculo para o desenvolvimento da pastoral vocacional, devem induzir a um esforço mais organizado, inteligente e decidido em favor da obra das obras. É o que já podemos constatar com os primeiros sinais promissores verificados, em nossos dias, nesta época de extraordinária vida espiritual que atravessamos, como iremos indicar na última parte deste trabalho, ao apontarmos as opções essenciais do apostolado vocacional no Brasil.

Antes de atacar a terceira parte, que porá as conclusões, convém examinar as linhas teológicas da vocação à luz do documento conciliar *Lumen Gentium*, que aclara horizontes vastíssimos para a vida da Igreja.

Bases teológicas atuais

A pastoral vocacional deve firmar-se em sólidas bases teológicas, que lhe sirvam de garantia, autenticidade e eficácia sobrenatural. Há hoje, neste clima de revitalização profunda que se respira na Igreja, uma sede universal de aprofundamento de idéias e de conceitos, como meio indis-

pensável de cimentar as bases doutrinárias das iniciativas e movimentos apostólicos. Também a vocação sobrenatural (ou as vocações) necessita de ser reestruturada à luz das novas conquistas da teologia, das classificações necessárias das vendas, através do tempo. É o que se pode e se deve fazer, orientados como estamos por um Mestre incomparável que nos falou, nestes tempos, através de um documento admirável, a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* do Concílio Vaticano II.

1. Conceito de vocação

A vocação é, antes de tudo, apêlo interior, de origem divina. É dom gratuito da bondade de Deus. Pertence à categoria das graças atuais, suficientes e carismáticas. Embora se ordene ao serviço da comunidade eclesial, é, por sua natureza, de ordem interna e pessoal. É uma constante histórica esta consideração do aspecto teológico da vocação, como linha tradicional ininterrupta a partir do século IV. A doutrina atual volta a engajar-se nesta antiga tradição, chamando à cena a face interna da vocação. A tônica sobre a forma jurídica e externa fôra motivada pelo interiorismo protestante que combatia a vertebração visível da Igreja. Há uma "vontade de Cristo" na vocação sobrenatural para o ministério sagrado, diz-nos a *Lumen Gentium* (n. 31), que constitui "os mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais". A vocação é comunicação divina que ressoa na intimidade do ser humano, é algo que desce à interioridade do homem. Referindo-se explicitamente à vocação sacerdotal, o Concílio acentua que "os membros da ordem sacra são investidos em razão de sua vocação particular" (n. 31).

2. Tipos de vocação

Essencialmente, duas são as vocações da Igreja: a vocação para o sacerdócio comum e a vocação para o sacerdócio ministerial ou jerárquico. A vocação para o estado religioso propriamente dito não se constitui como diferente, na essência, da vocação batismal. É antes um desdobramento e um grau superior desta última, como "preclaro estado" (n. 31), como "condição e ordenação de vida" (n. 13), enquanto estímulo para os irmãos, afirmação viva da perenidade do Espírito, testemunho da santidade evangélica e do espírito escatológico.

No capítulo 2.º, sobre o Povo de Deus, a *Lumen Gentium*, estabelece no n. 10 que a diferença essencial, e não apenas de grau, que existe é a entre a vocação para o sacerdócio comum e a vocação para o sacerdócio ministerial, embora se ordenem ambos os sacerdócios, um para o outro e ambos tendam à participação cada qual a seu modo, do único Sacerdício de Cristo. "O Povo de Deus, diz o n. 13, não é só reunião dos diversos povos, mas em sua estrutura interna é composto de várias ordens. Há diversidade entre os membros, quer de ofícios, enquanto alguns exercem o sagrado ministério a bem dos irmãos, quer de condição e ordenação de vida, os do estado religioso que tendem à santidade por um caminho mais estreito, estimulando os irmãos com o exemplo".

3. *Vocação para o sacerdócio ministerial*

Não duvidamos que haja uma vocação especial para o estado religioso. Entretanto, o tipo de vocação que reveste características essencialmente diversas e próprias na Igreja é a vocação dos que são constituídos em ordem sacra, a vocação para o sacerdócio ministerial. Dela nos ocuparemos mais detidamente, examinando-lhe a natureza específica.

O Sacerdócio ministerial goza de um *poder sagrado* pelo qual :

- a) forma e rege o povo sacerdotal;
- b) confecciona o sacrifício eucarístico na pessoa de Cristo;
- c) oferece a Deus em nome de todo o povo (n. 10).

Há um sacramento especial que constitui os ministros sagrados. O n. 11 se ocupa deste sacramento, o sacramento da Ordem, dizendo que por ele são instituídos em nome de Cristo aqueles dentre os fiéis que são assinalados a fim de apascentarem a Igreja pela palavra e pela graça de Deus. A vocação para o sacerdócio ministerial é por natureza vocação de chefe e de líder, que se exerce particularmente através do seguinte *mínus* :

- a) o de representar e aplicar o sacrifício redentor mediante o culto eucarístico;
- b) o de ministério de reconciliação no mais alto grau;
- c) o de pregador e mestre da comunidade eclesial :

— crendo no que medita;

— ensinando o que crê;

— praticando o que ensina (cf. n. 28).

Como peças da Jerarquia eclesiástica, compartilhem com os pastores as responsabilidades do rebanho, como "cooperadores da ordem episcopal, auxílio e instrumento para servir o Povo de Deus" (n. 28).

À luz desta reflexão, cremos que o ideal da vocação para o sacerdócio jerárquico, para o apostolado oficial da Igreja, para a íntima e especial participação no Sacerdócio de Cristo e na continuidade de sua missão (n. 41), deve brilhar aos olhos do jovem de hoje como o mais belo ideal de realização humana, como o grande empenho, como a meta mais sublime, como a tarefa verdadeiramente heróica, como a mais acertada escolha de vida. Nesta linha é que se deve desenvolver a pastoral vocacional em nossos dias, máxime quando nos dirigimos a adolescentes e a rapazes, a moços e a adultos, estudantes e operários.

Cremos, outrossim, que estas idéias, juntamente com o quadro da nossa realidade brasileira, apresentado na primeira parte, são de molde a nos sugerir já algumas opções fundamentais para a pastoral vocacional brasileira. É o que tentaremos a seguir.

Opções essenciais do momento

É importante talvez chegar a algumas opções básicas no campo da pastoral vocacional brasileira, hoje, olhando para a nossa realidade, e sob a luz do ensino oficial do Magistério Conciliar. As perspectivas que se rasgam, em nossos dias de tão ricas possibilidades, são encorajadoras e positivas, jamais contamos com tantos elementos a nosso favor. O clima novo criado pelo Concílio acordou generosidade, alargando a visão para as enormes possibilidades, inclusive de ordem humana e material, de que dispomos, com as organizações que possuímos. É tempo de avaliação de nossas forças. É tempo de arregimentação. É tempo de intenso solidarismo cristão.

A pastoral vocacional não pode mais :

- a) prender-se apenas ao campo das preocupações de ordem financeira: angariar meios de subsistência para o seminarista pobre, promover campanhas de ajuda financeira ao seminário ou à casa religiosa;
- b) limitar os interesses ao terreno particular e exclusivo da paróquia, da diocese, da região, da ordem ou congregação religiosa;
- c) continuar dispersa, sem coordenação real e efetiva com os organismos competentes da Hierarquia, responsável por toda a atividade apostólica da Igreja do Brasil;
- d) ocupar-se apenas do recrutamento de vocacionados entre meninos;
- e) continuar no emprêgo de métodos empíricos, gerados pela improvisação, pela auto-suficiência, sem o recurso às especializações e aos meios de técnica e da psicotécnica;
- f) persistir nos métodos e teoria importadas, dissonantes com a nossa realidade social e humana, cultural e religiosa.

Antes, para atingir seus objetivos, num clima de Igreja adulta que vivemos, é preciso que marchemos para metas mais objetivas e profundas. A pastoral não é algo que se manipula ao sabor de critérios ou caprichos individuais. É direito e competência da Igreja, como parte integrante de sua missão específica de "sacramento universal de salvação", como bem caracterizou o Vaticano II. A pastoral vocacional, como toda a pastoral da Igreja, deve encontrar a resposta adequada para as grandes questões do momento. A influência da Igreja não se exerce automaticamente. Não mais vivemos no tipo de uma sociedade sacral. Em nosso meio de insuportável urbanização, avulta-se uma situação nova. A presença da Igreja, ao lado das instituições de base, reveste características bastante diferentes. Sua atitude apostólica sofre, de alguma maneira, a incidência dos problemas novos surgidos no contexto de um País em fase de profundas transformações.

Assim a pastoral vocacional hoje deve:

- a) desenvolver-se, de ponta a ponta, sob as vistas e com a orientação da Jerarquia, ligando-se intimamente aos organismos oficiais, entre os quais têm primazia no Brasil o Secretariado Nacional de Vocações (CNBB) e o Departamento de Vocações da CRB;
- b) esforço de entrosamento gradativo e sistemático, entre as atividades pastorais do Secretariado Nacional e o Departamento de Vocações da Conferência dos Religiosos;
- c) desenvolver-se com mais atenção nos meios estudantis, universitários e operários; entre adolescentes, rapazes e adultos, podendo o Secretariado Nacional de Catequese providenciar a elaboração de textos adequados de catequese viva e dinâmica;
- d) dinamizar-se através das equipes regionais, que se entrosarão com a Equipe Central do Secretariado, na execução dos planos de ação;
- e) apelar para o Secretariado Nacional de Teologia a fim de que forneça a indispensável fundamentação teológica, seja mediante esquemas de estudo, roteiros, artigos, seja pela divulgação de obras sobre o assunto;
- f) utilizar-se dos Centros de OVS existentes para dinamização em campo mais vasto e profundo de preocupações, como seja o da Formação de Recrutadores, Especializados de Catequistas Vocacionais, a Formação de Líderes. Promoção de Cursos e Semanas de Estudos sobre o assunto, Exposições didáticas e artísticas etc.;
- g) reunir técnicos em pesquisas, sondagem em propaganda, em testes psicológicos, em estatísticas etc., para integrarem as equipes de trabalho, sobretudo nas regiões.

CONCLUSÃO

Os estudos levados a efeito pelo *Secretariado Nacional de Ministério Sacerdotal* revelarão as exigências atuais do clero em sua vida particular e no exercício de sua função. Eles servirão de norma para o tipo de formação humana e eclesial que os seminários deverão oferecer. Mas prestarão também para categorizar o tipo de padre que o Brasil espera, orientando, destarte, todo o trabalho de propaganda, catequese, recrutamento e cultivo que este Secretariado de Vocações possa desenvolver.

O fato de dispormos de um bispo inteiramente liberado a serviço da Pastoral Vocacional no Brasil, fato louvado e engrandecido pela Nunciatura Apostólica e pela própria Santa Sé, é de si muito significativo. Proclama entre outras coisas a necessidade de que se preste a devida e capital importância ao problema vocacional brasileiro, que está reclamando o interesse de sacerdotes e leigos, de Jerarquia e laicato, de organismos e de particulares, para um esforço conjunto pelo amor à causa da sobrevivência da fé em nossa pátria.

Note e Anote

DETERMINAÇÕES DO CONCÍLIO SÔBRE O RADIO, A TELEVISÃO, O CINEMA E A IMPRENSA

Frei Paulo A. de Assis, O.F.M.

O presente trabalho não nos dá senão uma breve síntese das principais afirmações e orientações do Decreto *Inter Mirifica* do Concílio Vaticano II. Rápido apanhado que nos faz ver qual o pensamento da Igreja a respeito de assunto tão importante. Foi apresentado na Assembléia de Estudos sôbre os Meios Modernos de Comunicação, realizada em São Paulo. Desejaram os participantes da Assembléia que se desse a maior divulgação possível da presente síntese para triunfo desta causa apostólica. É por isso que aqui a publicamos.

A REDAÇÃO

O Concílio Ecumênico do Vaticano II promulgou o Decreto sôbre os Meios de Comunicação Social, *Inter Mirifica*, do qual extraímos alguns pronunciamentos centrais. Através deles veremos qual é o pensamento da Igreja a respeito da Televisão, do Rádio, do Cinema, da Imprensa e do Teatro.

Diz o Decreto conciliar :

“A imprensa, o cinema, o rádio, a televisão são capazes de movimentar toda a sociedade humana. Daí chamarem-se meios de comunicação social” (Decreto conciliar *Inter Mirifica*, § 1).

“Esses meios, retamente empregados, possibilitam a propagação e consolidação do Reino de Deus” (§ 2).

DEVER E DIREITO DA IGREJA DE USAR E POSSUIR OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

“É dever da Igreja de anunciar aos homens a mensagem da salvação também através dos meios de comunicação social” (§ 3).

“Compete à Igreja o direito natural : a) de usar ; b) de possuir os instrumentos de comunicação social (a imprensa, o cinema, emissoras de rádio e televisão).” (§ 3).

PROFESSORES E PROFESSORAS DEVEM ORIENTAR SEUS ALUNOS SOBRE AS PROGRAMAÇÕES

“Os espectadores de cinema e de televisão, os radiouvintes e leitores de revistas, jornais e livros, principalmente os jovens, dialoguem e troquem idéias com seus educadores e profissionais para que aprendam a formar uma apreciação exata sobre programas de televisão, rádio, cinema, e sobre livros, jornais e revistas” (§ 10).

FORMEM-SE ASSOCIAÇÕES DE HOMENS DE IMPRENSA: ESCRITA, FALADA E VISUAL

“Formem-se associações de jornalistas, escritores, atôres, teatrólogos, produtores, diretores, distribuidores, gerentes, vendedores, críticos e demais pessoas que tomam parte na elaboração e transmissão de comunicações. Que todos os integrantes destas associações comprometam-se a observar um código moral no exercício de sua arte ou de suas profissões” (§ 11).

BISPOS E FIÉIS APRESSEM-SE EM USAR OS MEIOS MODERNOS PARA A EVANGELIZAÇÃO

“Todos os filhos da Igreja, com máximo empenho e sem perda de tempo, esforcem-se para que os instrumentos de comunicação social, a televisão, o rádio, o cinema e a imprensa, sejam empregados para o apostolado. Antepõem-se nisso às más iniciativas. Apressem-se, pois, os sagrados pastores a cumprir a sua tarefa neste campo, pois o emprêgo de tais instrumentos está intimamente ligado ao seu dever de pregação” (§ 13).

“Os leigos ajudem diretamente a ação pastoral da Igreja, com seu contributo técnico, económico, cultural e artístico” (§ 13).

CATÓLICOS DIFUNDAM REVISTAS E JORNAIS CATÓLICOS

“Crie-se e difunda-se uma imprensa especificamente católica, jornais, revistas e livros, que manifestamente formem a opinião pública em consonância com a doutrina católica” (§ 14).

“Promova-se ao mesmo tempo uma imprensa que divulgue os acontecimentos ligados à vida da Igreja” (§ 14).

“Sejam os fiéis advertidos da necessidade de ler e difundir a imprensa católica para se habituarem a julgar cristãmente qualquer acontecimento” (§ 14).

APOIO AO BOM CINEMA.

“Fomentem-se por todos os meios a produção e exibição de filmes saudáveis, de valor cultural e artístico” (§ 14).

“Apóiem-se as iniciativas dos produtores e distribuidores honestos de filmes” (§ 14).

“Recomendem-se os filmes dignos de louvor” (§ 14).

“Promovam-se salões de cinema; dirigidos por católicos e pessoas honestas; e institua-se uma associação dos mesmos” (§ 14).

PROMOÇÃO DE PROGRAMAS E FUNDAÇÃO DE EMISSORAS DE TELEVISÃO E DE RÁDIO

“Consagre-se uma ajuda eficaz aos bons programas de rádio e de televisão e promovam-se outros programas que levem os radiouvintes e telespectadores a participarem da vida da Igreja” (§ 14).

“Fundem-se emissoras católicas de rádio e televisão onde fôr oportuno, providenciando-se que elas se destaquem em perfeição e audiência” (§ 14).

“Procure-se que a nobre arte do teatro contribua para o desenvolvimento cultural e moral dos espectadores” (§ 14).

FORMEM-SE PADRES, RELIGIOSAS E LEIGOS PARA DIRETORES DE MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

“Sacerdotes, religiosas e leigos sejam instruídos para poderm dirigir televisão, rádio, cinema e imprensa para fins de apostolado” (§ 15).

“Em todas as escolas católicas, nos seminários e nas associações religiosas multipliquem-se as iniciativas que visam formar os alunos, seminaristas e associados no reto uso e na prática adequada dos meios de comunicação social” (§ 16).

“Seja inserida no catecismo a doutrina sobre a televisão, rádio, cinema e imprensa” (§ 16).

TODOS OS CATÓLICOS APÓIEM A IMPRENSA ESCRITA, FALADA E VISUAL CATÓLICA.

“O Concílio admoesta, a todos os filhos da Igreja, sobre a obrigação de apoiar e auxiliar os jornais católicos, as revistas, as empresas cinematográficas, as emissoras de rádio e de televisão, a fim de que possam servir realmente à cultura e ao apostolado” (§ 17).

O DIA ANUAL DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

“Institua-se o Dia Anual dos Meios de Comunicação Social. Nesta data sejam os fiéis instruídos sobre suas obrigações a respeito do rádio,

televisão, cinema e imprensa católica, e sejam convidados a rezar e contribuir com ofertas para sustento, incremento e promoção dos meios de comunicação social da Igreja" (§ 18).

O BEM DA HUMANIDADE DEPENDE DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

"O bem da sociedade humana, cada dia mais, depende do justo emprego dos meios modernos de comunicação social, razão por que o Concílio convida a todos os homens de boa vontade utilizar com todo o empenho esses mesmos meios em benefício da coletividade" (§ 24).

REUNIÃO DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB

(15 a 17 de julho)

Examinando a situação atual da Igreja no Brasil, a Comissão Central da CNBB houve por bem expedir as seguintes notas à imprensa, que transcrevemos.

Sobre o Código Civil

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em reunião ordinária, ao tomar conhecimento oficial do movimento de opinião pública em torno da defesa dos postulados cristãos, a serem garantidos no Projeto do novo Código Civil, não só reconhece a oportunidade da iniciativa do Governo para a atualização das normas jurídicas do País, como não pode deixar de aplaudir a intenção dos homens responsáveis, que desejam um novo Código perfeitamente digno do monumento de fama internacional, que até hoje esteve em vigor.

Em nome do Episcopado e, pois, da Igreja, declaramos que muito nos conforta a preocupação, que nos parece ser a dos poderes da República, de traduzir, no estatuto em preparação, o sentimento do povo brasileiro, em favor dos princípios que garantem o instituto da família, com todas as conseqüências que marcaram, até hoje, a honorabilidade da célula da sociedade no Brasil.

Mas, não é apenas neste sentido que manifestamos o nosso apoio, senão que temos a certeza de que todos os demais princípios sobre os quais assentam as normas da justiça não de ser respeitados, no interesse indistinto de todos os legítimos direitos, quer individuais, quer coletivos.

Não é, pois, verdade, segundo notícia veiculada, que a Igreja, como tal, no Brasil, esteja empenhada na defesa explícita de interesses materiais seus, porventura ameaçados no artigo 504 do Projeto do novo Código Civil.

O que, sim, queremos defender, em tôdas as suas implicações espirituais e morais, é o instituto da família brasileira.

Sôbre a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedades

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tomou conhecimento, por documento que lhe foi enviado por diversos arcebispos e bispos, da atuação de um grupo de católicos que assumem atitudes contrárias às normas pastorais dos seus legítimos e autênticos pastores diocesanos. Conquanto tais pessoas se agrupem comumente na Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, sociedade civil, e portanto independente da Hierarquia, costumam tomar posições que envolvem diretamente a doutrina e a disciplina da Igreja e não representam o pensamento da Comissão Central do Episcopado Brasileiro.

Sirva esta nota não só para exortar aquêles católicos à obediência aos autênticos pastores, como também, para acautelar os demais acêrca das atividades da referida organização.

Sôbre o MEB

A Comissão Central, Diretora da CNBB, que criou o MEB e que no MEB exerce a suprema autoridade através do Conselho Diretor Nacional, sente o dever, nesta hora difícil que o MEB atravessa, de afirmar solenemente que o MEB não pode ser acusado de subversivo ou comunista, apesar de erros ou falhas naturais em instituições humanas. Declara que o MEB é um válido testemunho, no Brasil, da materna preocupação da Igreja pelo homem no mundo de nossos dias, o que vem sendo reconhecido e proclamado até fora dos limites de nossa Pátria.

Reafirmando assim a sua responsabilidade suprema pelo MEB, a Comissão Central da CNBB recomenda, entretanto, ao CDB que, no espírito do Concílio Vaticano II, incrementa os estudos em curso no MEB sôbre sua reestruturação, para que o laicato católico possa, quanto antes, assumir a plena responsabilidade de sua atuação apostólica e benemérita.

*

* *

AJUDA ESTRANGEIRA A PROJETOS DA IGREJA NA AMÉRICA LATINA

Transcrevemos aqui, em tradução, um trecho do Boletim n.º 11 do PRO MUNDI VITA (6, Rue de la Limite, Bruxelas - 3 - Bélgica), que relata três projetos da Igreja no Peru que obtiveram de entidades estrangeiras ajuda em pessoal e em dinheiro.

Embora os três projetos representem três tipos bem diferentes, contudo a ajuda tem um importante elemento comum: é uma ajuda que apenas coopera com o esforço próprio da Igreja peruana, e não o substitui. Na atual política das Obras católicas estrangeiras para ajuda aos países em desenvolvimento — como MISEREOR, ADVENIAT e AJUDA ÀS IGREJAS NECESSITADAS, etc. —, são pedidos deste gênero que maior probabilidade têm de ser atendidos.

Estes exemplos concretos de ajuda podem talvez estimular a imaginação de quantos pretendem pedir ajuda em pessoal ou em dinheiro para projetos de interesse da Igreja no Brasil.

A REDAÇÃO

Graças a um esforço de colaboração internacional exemplar, a Igreja no Peru tem lançado durante os últimos anos algumas iniciativas notáveis. Citemos, por exemplo:

1. A Prelazia Nullius de Ayaviri, criada em 1958. Formada pelas três Províncias de Melgar, Carabaya e Sandia, do Departamento de Puno, a prelazia tem uma superfície de 31 120 km² — um pouco menor que a Holanda e maior que a Bélgica — com uma população de uns 200.000 habitantes dos quais 80% são índios de língua quíchua. A Igreja organizou no Departamento de Puno alguns cursos de alfabetização de adultos pelo rádio. Na referida prelazia já existem trinta escolinhas radiofônicas em combinação com os cursos de rádio Onda Azul, cuja emissora se encontra em Puno e é dirigida pelos padres de Maryknoll. Brevemente a prelazia contará com outras 200 escolas graças à generosidade da Ação Católica Belga, que prometeu 200 aparelhos receptores. Pensa-se poder, em breve, estabelecer uma emissora própria, Rádio Kolqueparque, em Ayaviri.

2. Em 1962, um sacerdote peruano, com agudo senso social, fundou um dos primeiros institutos de educação rural — uns para homens, outros para mulheres — na Diocese de Huacho. A mesma necessidade existia na Prelazia de Ayaviri. A idéia pôde ser concretizada em 1964, em um prédio comprado com esta finalidade pelo prelado. Ministram-se cursos de quatro meses a uns trinta alunos de cada vez, em regime de internato, custeados pela prelazia. Os alunos têm entre vinte e quarenta anos. Atualmente o instituto está formando mais de cem alunos, que serão, em suas respectivas comunidades, promotores sociais encarregados de melhorar as condições de vivência e trabalho no seu modo de vida tradicional. Graças à colaboração da organização católica alemã MISEREOR, o instituto funcionará, a partir de 1967, em uma fazenda, o que facilitará na prática o ensino dos trabalhos aos alunos. Além disso, esta fazenda será a sede de uma cooperativa-piloto, financiada pelo Governo Belga. O local do instituto será destinado à Obra Catequética.

3. Outro exemplo pode ilustrar a colaboração em nível universitário. Algumas universidades católicas aceitaram, em 1965, encarregar-se da organização da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade de Lima. A iniciativa desta colaboração é sustentada tanto pelas autoridades peruanas como pelo Comitê do Ministério de Assuntos Exteriores de Haia. As Universidades de Nimega e Tilburgo (Holanda) se encarregarão do Instituto de Investigações Sociais, enquanto que a Universidade de Notre Dame, Indiana (USA), tomara a seu cargo a Seção Jurídica; a Seção Econômica ficará aos cuidados da Faculdade de Lille (França).

MORRE UM DOS MAIORES BISPOS DA AMÉRICA LATINA

Com a morte de D. Larrain, Bispo de Talca, em acidente rodoviário, a Igreja perde uma de suas maiores figuras. Presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano, D. Larrain não deixava de ser o Bispo de Talca, o pastor humano de seus irmãos chilenos. Já em 1964, ele liderava o plano de reforma agrária de sua Diocese, com as terras de propriedade da Igreja na região. Este plano foi utilizado, em grande parte, na planificação da reforma agrária do Chile.

Em 1965, por liderar o Episcopado de toda a América Latina, foi eleito Presidente do CELAM. Uma de suas cartas pastorais, *Êxito ou Fracasso na América Latina*, levantou entre os padres conciliares o tema, para muitos deles desconhecido, da problemática que a Igreja atravessa nos países em desenvolvimento e, em especial, na América Latina. A Carta Pastoral justifica a tese de que o subdesenvolvimento é, de fato, a ruptura da paz e, portanto, um tipo de guerra.

Outros grandes nomes do Episcopado latino-americano podem substituir o de D. Larrain no CELAM, mas, de qualquer maneira, sua falta será sentida como a de um precursor, de um reformador e de um homem profundamente humano.

(TELEPAX 56)

II ENCONTRO DE MISSIONÁRIOS

(8 a 12 de agosto)

O Regional Sul III, por meio do Departamento Regional de Pastoral Especial (DREPE), está organizando o II Encontro de Missionários, para os próximos dias 8 a 12 de agosto, na Vila Betânia, em Porto Alegre.

A finalidade deste Encontro será um maior planejamento, dentro do Plano de Pastoral de Conjunto.

CRB Informa

CRB-Nacional — Acaba de ser chamado, por motivos superiores, pelo seu Provincial, para lecionar Direito Canônico no Seminário Maior Franciscano em Salvador, Bahia, o Revmo. Pe. Frei Francisco Xavier Hockey, O.F.M., que desde janeiro de 1963, com tempo integral, trabalhava como Diretor do Departamento Canônico-Jurídico na Sede da CRB.

Perde assim a Conferência um colaborador de grande capacidade de trabalho e de exemplar dedicação à causa dos religiosos no Brasil.

Inúmeros são os religiosos, religiosas, casas, províncias e congregações que o consultaram — oralmente ou por correspondência — a respeito de importantes assuntos e, não raras vezes, delicadíssimos.

A Diretoria e mais ainda a Comissão Executiva sentem vivamente a lacuna que o Revmo. Pe. Frei Xavier deixou, lacuna essa de difícil preenchimento.

Comunicamos no entanto, e com grande satisfação, que, embora longe de Rio de Janeiro, e, no que seu tempo e trabalho o permitirem, Frei Xavier se comprometeu a colaborar com a Conferência na qualidade de Conselheiro Canônico-Jurídico da CRB-Nacional, respondendo às consultas em matéria de sua especialização.

Em nome da Conferência e de todos os religiosos e religiosas do Brasil expressamos de público a nossa gratidão a Frei Xavier.

Dominus retribuat !

NOVAS FUNDAÇÕES

PEQUERI, MG — O Vigário da Paróquia de São Pedro Apóstolo, Pe. João Batista de Oliveira, pede para a sua Paróquia uma pequena comunidade de religiosas para um apostolado polivalente: trabalho de catequese, de assistência social, aulas pagas no Ginásio Estadual do qual o Vigário é Diretor.

O Município de Pequeri está situado na Arquidiocese de Juiz de Fora e tem aproximadamente 2.700 almas.

Dirigir-se à Paróquia de São Pedro Apóstolo, Mun. de Pequeri, Arquidiocese de Juiz de Fora, MG.

Recensões Bibliográficas

LIVROS

Da Livraria AGIR, Rio de Janeiro :

JOÃO MOHANA — *Amor e Responsabilidade*, 1966, 1 vol. br., 180x110, 204 pp. — Cr\$ 2 500.
180x110 mm, 204 pp. — Cr\$ 2 500.

Da Herder Editora, São Paulo :

JEAN SULLIVAN — *Provocação ou a Fraqueza de Deus*, trad. do original francês por Dr. Carlos Lopes de Matos, 1966, 1 vol. br., 190x125 mm, 172 pp.

FRED S. KELLER E WILLIAM N. SCHOENFELD — *Princípios da Psicologia* (Coleção Ciências do Comportamento), trad. do original inglês por Carolina Martuscelli Borl. e Rodolpho Azzi, 1966, 1 vol. br., 210x140 mm, 456 pp.

ERNEST R. HILGARD — *Teorias da Aprendizagem* (Coleção Ciências do Comportamento), trad. do original inglês por Nilce Pinheiro Mejias (Cap. I-VIII) e Hilda de Almeida Guedes e Cléa Abdon Rameh (Cap. IX-XIV), 1966, 1 vol. br., 210x140 mm, 692 pp.

IVES M. J. CONGAR — *Introdução ao Mistério da Igreja*, trad. do original francês por Petrus Gerardus Hollanders, 1966, 1 vol. br., 200x140 mm, 154 pp.

IVES M. J. CONGAR — *Os leigos na Igreja* (Escalaões para uma Teologia do Laicato), trad. do original francês por Frei Lauro Maria de São Paulo, 1966, 1 vol. br., 210x140 mm, 714 pp.

REVISTAS

Do Brasil :

Convivium — abril 1966, São Paulo.

Limiar — junho 1966, Rio de Janeiro.

Sponsa Christi — junho 1966, Petrópolis, RJ.

Verbum — março-junho 1966, Rio de Janeiro.

Vozes — maio e junho 1966, Petrópolis, RJ.

Do Exterior :

Boletim Informativo do CELAM — jan.-março 1966 (separata), Bogotá.

Brotéria — junho 1966, Lisboa.

CONFER — jan.-março 1966, Madri.

Le Christ au Monde — vol. XI, n.º 3, Roma.

Prêtres aujourd'hui — maio 1966, Sèvres, França.

Pro Mundi Vita — n.º 11, 1966, Bruxelas.

Religieuses D'Action Hospitalière et Sociale — janeiro 1966, n.º 184, Paris.

Salesianum — out.-dezembro 1965, Roma.

Seminários — maio-agosto 1965, Salamanca.